

HT-181



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Trabalho de licenciatura em História

**Diferenciação Social e Transformação Rural no Campeinato do Chókwè  
(1954-1991).**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane.

**Autora:** Telma Lina Ribeiro da Silva Ferreira.

**Supervisor:** Salim Cripton Valá

Maputo, Outubro 2005

HT-181

Diferenciação Social e Transformação Rural no Campesinato do Chókwè (1954-1991).

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane.

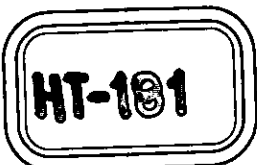
Telma Lina Ribeiro da Silva Ferreira.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Supervisor: Dr. Salim Cripton Valá.

Maputo, 2005.

O Presidente	O Supervisor	O Júri:	O Oponente	Data
<u>J. H. Helder</u>	<u>Salim Cripton Valá</u>		<u>Paul Lijzy</u>	<u>24, 11, 05</u>



U.E.M. - F.L.C.S.  
R. E. 30601  
DATA. 06. Dezembro 2005  
AQUISIÇÃO. oferta  
COTA. HT-101

## Declaração

"Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal".

## Resumo

O presente trabalho disserta sobre a diferenciação social e transformação rural no campesinato de Chókwè, 1954-1991. Teve como objectivos, analisar o processo de diferenciação social e os factores que influenciaram na transformação rural do campesinato. Identificando os factores que contribuíram para a diferenciação social ao nível da região de Chókwè e como eles influenciaram na vida do campesinato, por um lado e por outro, compreender até que ponto as políticas agrárias tiveram impacto na transformação rural.

Para a elaboração do trabalho, foram usados vários métodos e técnicas de pesquisa, com destaque para: consulta de documentos escritos (primários e secundários), realização de entrevistas semi-estruturadas e estruturadas a informantes-chaves e grupos distintos de camponeses.

O colonato do Limpopo implantado na década 50, constituiu um pólo de desenvolvimento na região de Chókwè. A sua implantação implicou a expropriação das terras férteis aos camponeses locais. No colonato existiu uma forte política de segregação, uma vez que os moçambicanos não tinham as mesmas condições que o colono. Neste projecto de desenvolvimento, o governo colonial implantou medidas que acentuavam a diferenciação entre brancos e negros e entre negros. Com o projecto do colonato, verificou-se a introdução de novos hábitos culturais através da assimilação.

Com a independência alcançada em 1975, o governo da FRELIMO, quebrou as condições de reprodução da sociedade tradicional, adoptou uma estratégia de desenvolvimento que se orientava em aldeias comunais, machambas estatais e cooperativas agrícolas, impedindo desta forma a prática da agricultura familiar. Esta estratégia de desenvolvimento não respeitou a ética redistributiva de terra, uma vez que as machambas familiares ocupavam as terras mais distantes das aldeias comunais.

Com a introdução da estratégia capitalista, previa-se apoiar tanto o sector familiar bem como o sector privado. Esta estratégia ao valorizar a iniciativa e o reconhecimento da importância das actividades dos camponeses, criou facilidades financeiras através de ajuda de ONG's. Estas ONG's só vieram acelerar o processo de diferenciação social, contribuindo desta forma para que se verificasse no seio do campesinato um abandono da prática agrícola e definição de novas estratégias de sobrevivência.

Contudo, as diferenciadas estratégias de desenvolvimento implementadas em períodos distintos na região de Chókwè, deram origem a diferentes formas de diferenciação social e de transformação rural, fazendo emergir novos elementos e modelos de organização espacial.

## **Agradecimentos**

Os meus sinceros agradecimentos ao Dr. Salim Cripton Valá, por ter prontamente aceite a supervisão desta tese, acompanhando e orientando todos os trabalhos que conduziram à sua elaboração.

A todos os docentes do departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, a quem devo a minha formação.

À minha família pelo carinho e encorajamento que me deram.  
Aos meus colegas de faculdade, pela amizade e solidariedade.

**Dedicatória**

Dedico este trabalho,

À memória do meu saudoso irmão, Danilo R. Ferreira (1981-2002),

Aos meus pais Danilo e Rita por me terem conduzido no caminho da ciência,

Ao meu filho Allan Ferreira que por vezes ficou privado do carinho e amor de mãe.

As minhas irmãs Elsa, Dina, Iva e Budy.

Ao Sérgio e Nilton Dionísio, pelo apoio moral.

## ÍNDICE

	Pág.
<b>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO</b>	
1.1 Relevância da temática	1
1.1.1 Problema de Estudo	3
1.2 Objecto de estudo	5
1.2.1 Objectivos	5
1.2.2 Hipóteses	5
1.3 Marcos cronologicos	6
1.3.1 Motivação	7
1.4 Metodologia	8
1.4.1 Fontes Utilizadas	8
1.4.2 Metodologia Usada no Trabalho de Pesquisa	8
1.5 Base Conceptual	11
1.6 Estrutura da dissertação	17
<b>CAPÍTULO II CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E ECONOMIA POLÍTICA DE CHÓKWÈ</b>	
2.1 Localização e Principais Características	18
2.2 O Papel da Agricultura Familiar na Economia de Chókwè	20
2.3 O Impacto do Trabalho Migratório na Agricultura	21
2.4 Diferenciação Social no Campesinato	24
2.5 Estratégias de Sobrevivência do Campesinato	25
<b>CAPÍTULO III - DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO RURAL DURANTE O COLONATO DO LIMPOPO, 1954-1974</b>	
3.1 O Colonato do Limpopo	27
3.2 A questão da Posse de Terra	32
3.3 Relação Colonato e o Campesinato Local	35
<b>CAPÍTULO IV - DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO RURAL NO PERÍODO SOCIALISTA, 1975-1986</b>	
4.1 O Período de Transição	38
4.2 A Lógica da Transformação Rural de Orientação Socialista	40
4.3 A Socialização do Campo	42
4.4 O IV Congresso da FRELIMO e a Transformação Rural	45
<b>CAPÍTULO V - DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO RURAL NO PERÍODO CAPITALISTA, 1987-1991</b>	
5.1 O Impacto do PRE no Campesinato	47
5.2 O Vº Congresso e a Mudança de Política	50
<b>CAPÍTULO VI CONCLUSÃO</b>	54
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	57
<b>ANEXOS:</b> Anexo 1: Guião de entrevistas	
Anexo 2: Contratos do Colonato	
Anexo 3: História do distrito de Chókwè	
Anexo 4: Periodização do desenvolvimento de Moçambique desde 1954	

## Lista de Abreviaturas e Siglas

- AHM – Arquivo Histórico de Moçambique
- BTFPL – Brigada Técnica do Fomento e Povoamento do Limpopo
- BTL – Brigada Técnica do Limpopo
- CDA – Centro de Documentação Agrária
- CAIL – Complexo Agro-Industrial do Limpopo
- FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
- INIA – Instituto Nacional de Investigação Agronomica
- MAE – Ministério da Administração Estatal
- ONG – Organização Não Governamental
- PRE – Programa de Reajustamento Estrutural
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- UDA – Unidade de Direcção Agrária



## **CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO**

### **1.1 Relevância da temática**

Em Moçambique, as políticas económicas coloniais sobre o desenvolvimento da produção agrícola, conduziram a grandes mudanças na organização económica e social do campesinato. O tema “diferenciação social e transformação rural no campesinato”, insere-se no contexto da implementação de políticas agrárias orientadas para o desenvolvimento do sector rural, tanto do governo colonial bem como do governo do pós-independência.

As políticas e estratégias de desenvolvimento desligadas da realidade socio-económica do campesinato, relegaram o pequeno produtor a um segundo plano. Estes pequenos produtores são os que sofrem, de forma mais aguda, de fenómenos como a expropriação de terras, distribuição desigual das infra-estruturas produtivas, deficiente acesso aos mercados, tecnologias e financiamento, e geralmente são considerados como incapazes de gerar desenvolvimento, de adoptar as tecnologias de alta produtividade.

Com a instalação do Colonato do Limpopo, muitos camponeses moçambicanos foram obrigados a retirar-se da região para cederem lugar aos colonos vindos de Portugal. Esta obra do Colonato tinha em vista desenvolver esta região, mas no entanto, a maioria dos camponeses autóctones não se beneficiou com a implantação do Colonato. No pós-independência, o governo da FRELIMO ao pretender acabar com a exploração do homem pelo homem, optou pela estratégia socialista, como ideologia política e modelo de desenvolvimento. Deste modo, criaram-se as aldeias comunais, as machambas estatais e os complexos agro-industriais. Contudo, esta estratégia com o passar do tempo, não surtiu os efeitos desejados.

Com a aderência do País ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial e a implementação do PRE, a estratégia de desenvolvimento mudou de rumo, passando deste modo a estar virada para a economia de mercado. Neste contexto, o campesinato foi chamado a ter que desempenhar um papel crucial na tomada de decisões e na implementação de acções que visam o seu desenvolvimento.

Estudar o campesinato, torna-se importante, na medida em que a economia moçambicana enfrenta graves problemas estruturais, tais como dependência externa, fraqueza do desempenho do sector agrário, desequilíbrio regional e um dualismo agrário caracterizado por dois sectores, um moderno e outro tradicional. O campesinato enfrenta uma insegurança de posse e acesso à terra, agravada pela irregularidade ou falta de acesso a saídas de mercado e serviços<sup>1</sup>.

A maior parte dos estudos feitos sobre a história de desenvolvimento de Moçambique, das últimas décadas do colonialismo, esteve concentrado na análise da estrutura económica montada pelo colonialismo, sem dar muita importância às mudanças que ela produziu na organização social e económica do campesinato. A presente pesquisa, enquadra-se nos estudos sobre as políticas agrárias e rurais com a ideia de contribuir para a compreensão da organização social e económica no meio rural moçambicano, partindo de uma perspectiva histórica e tendo como conceitos básicos a diferenciação social e a transformação rural.

O enfoque deste trabalho será dado ao processo de diferenciação social, transformação rural e às variáveis que estão na origem destes dois processos. Procurar-se-á compreender a lógica da diferenciação social e da transformação rural no campesinato por um lado, e por outro, entender porque é que este sector dinâmico da economia tem sido historicamente negligenciado pelos poderes públicos ou usados para a acumulação de outros sectores da economia.

---

<sup>1</sup> Carrilho et al. 1990:5

### 1.1.1 Problema de Estudo

O sistema de regadio do Chókwè foi construído pela administração colonial portuguesa, com o intuito de reforçar a ocupação portuguesa e promover culturas de rendimento. Com o decorrer do tempo e à medida que a oposição ao regime colonial ia aumentando, “o aspecto de fixação do colonato foi complementado por uma tentativa de incrementar uma camada média de moçambicanos”<sup>2</sup> - uma burguesia rural, sendo concedidas aos camponeses moçambicanos assimilados condições similares às do colono português.

As terras do colonato eram ocupadas tanto por colonos de origem portuguesa e em menor número, por moçambicanos. Esta situação alterou-se após a independência, uma vez que, “o modelo de transformação vigente no período colonial foi posto em causa”<sup>3</sup>. Assim, a FRELIMO criou um novo modelo de desenvolvimento, que se inseria num plano de transformações, tendo como meta o socialismo. Neste modelo, as estratégias que deviam permitir as mudanças rumo ao socialismo, concretizavam-se em duas directivas: a dinamização da produção agrícola sob a forma de empresas estatais, cooperativas e a concentração espacial da população rural dispersa em aldeias comunais<sup>4</sup>.

A implantação das aldeias comunais deu origem à diferenciação económica e social, a maior parte dos camponeses passou a percorrer longas distâncias para as suas terras de cultivo o que constituiu um impedimento para a prática da agricultura familiar. Devido a este facto surgiu o fenómeno de venda de força de trabalho aos camponeses que tinham terras mais próximas da sua residência.<sup>5</sup>

A política de socialização do campo em Chókwè não surtiu efeitos desejados porque esta era traçada pelo Estado sem ter em consideração o carácter heterogêneo do campesinato e a presença desta camada na tomada de decisão. O Estado subestimou o campesinato e as estratégias de desenvolvimento não tiveram em conta as contradições objectivas e históricas do campesinato.

---

<sup>2</sup> A escolha destes moçambicanos seguiu os seguintes critérios: famílias dos elementos moçambicanos pertencentes ao aparelho colonial, agricultores que já possuíam áreas grandes e meios de trabalho. (Mosca, 1988:14)

<sup>3</sup> Casal, 1995:13

<sup>4</sup> Casal, 1995:13

<sup>5</sup> Abrahamsson e Nilsson, 1998:218

A política de socialização mostrou-se inviável devido: à intensificação da guerra de desestabilização, provocada pela África do Sul; às estratégias inadequadas adoptadas pela FRELIMO, na sua política económica que priorizava as machambas estatais em detrimento dos sectores privado, cooperativo e familiar; à concepção urbanística das aldeias, que entrava em confronto com as concepções tradicionais da organização social do espaço e o agravamento das condições climáticas sentidas no país a partir de 1981<sup>6</sup>. Face esta situação, o governo foi obrigado a reformular a política de desenvolvimento, o qual consistiu na reestruturação do sector estatal, onde as empresas e as machambas estatais seriam divididas em unidades mais pequenas, as machambas seriam distribuídas ao campesinato sem terra e aos camponeses privados<sup>7</sup>.

Devido ao fracasso das estratégias socialistas, houve a necessidade de valorizar a iniciativa privada e o reconhecimento da importância das actividades dos camponeses. A introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE)<sup>8</sup> em 1987, contribuiu para a criação de facilidades financeiras através de ONG's. Com a introdução do sistema de economia de mercado, viu-se a necessidade de proteger e reforçar a posição do sector familiar para facilitar a sua participação activa no processo de desenvolvimento do país ( Negrão, 1996).

Todavia a política de incentivos económicos criou entraves porque favoreceu na essência as empresas privadas e os investidores estrangeiros em detrimento do campesinato pobre. A forma como os incentivos económicos foram canalizados acentuou o problema da diferenciação social<sup>9</sup> verificando-se no Chókwè, diferentes estratos compostos por camponeses ricos, médios e pobres. Embora o PRE visasse o reforço do sector familiar para facilitar a sua participação activa no processo de desenvolvimento, na prática, a política de incentivos económicos criou entraves ao desenvolvimento do sector familiar, pois favoreceu na essência as empresas privadas e investidores estrangeiros.

---

<sup>6</sup> Florêncio, 1994:143

<sup>7</sup> Abrahamsson e Nilsson, 1994:221

<sup>8</sup> O PRE deu grande prioridade a agricultura. As medidas do PRE destinavam-se a incentivar a produção nas zonas rurais, facilitando o processo de produção e comercialização para os sectores privado e familiar.

<sup>9</sup> Com o PRE a situação da maior parte dos habitantes das zonas rurais não melhorou, piorou, apesar da produção comercializada ter aumentado durante os 1ºanos do programa.

Assim, pretende-se demonstrar que tanto a política do colonato, a socialização do campo e a política de reestruturação económica incrementaram a diferenciação social. O presente estudo tem como pergunta de partida – Como é que o Colonato, a socialização do campo e o PRE incrementaram a diferenciação social no camponato do Chókwè?

## **1.2 – Objecto de Estudo**

Este trabalho tem como objecto de estudo, a diferenciação social e transformação rural no seio do camponato, no período entre 1954 e 1991. Pretende-se identificar as políticas agrárias implantadas na região do Chókwè, analisar as variáveis que influenciaram no processo de diferenciação social no seio do camponato, e em que grau. Neste sentido, a nossa atenção centra-se na análise da relação que se desenvolve entre o Estado e o camponato, no quadro da política agrária do governo colonial e pós-colonial.

### **1.2.1 - Objectivos**

Geral – Analisar o processo da diferenciação social e os factores que influenciaram na transformação rural do camponato no Chókwè entre 1954 e 1991.

Específicos - identificar os factores que contribuíram para a diferenciação social ao nível da região do Chókwè e, como eles influenciaram na vida do camponato local.

- Compreender até que ponto as políticas agrárias tiveram impacto na transformação rural do camponato.

### **1.2.2 Hipóteses**

- O processo de transformação rural imposto pelo Estado colonial e mais tarde pelo governo da FRELIMO provocou a desestruturação da organização social do camponato na medida em que não obedeceu a ética redistributiva de terra, concorrendo desta forma para o surgimento da diferenciação social e a propiciar a transformação rural no Chókwè.

- Com a estratégia das aldeias comunais, novas famílias tornaram-se dominantes mercê da influência política e de ligações com a estrutura africana tradicional. Embora um dos objectivos da socialização do campo fosse a transformação das relações sociais no campo, a população viu as suas terras a ficarem mais distanciadas das recém-formadas aldeias comunais. Isto implicou que uma grande parte dos camponeses tivesse que percorrer

distâncias maiores para as suas terras. Perante este facto, o aumento do percurso para as terras de cultivo tornou-se um impedimento à produtividade da agricultura familiar e incrementou a diferenciação social.

### 1.3 Marcos cronológicos

Cronologicamente situamos o estudo no período que vai de 1954 a 1991.

**1954** – ano em que o Estado Português procurou modernizar a economia agrária de Moçambique, particularmente a economia do vale do Limpopo através de uma política de fixação de colonos para o desenvolvimento de uma agricultura empresarial baseada no cultivo de culturas de rendimento. O ano de 1954 é caracterizado pela fixação de colonos portugueses, para desenvolver a agricultura empresarial. Foi neste ano que se deu início ao recrutamento de famílias portuguesas para o colonato do Limpopo<sup>10</sup>, este colonato foi uma intervenção de desenvolvimento rural que, dinamizou o desenvolvimento sócio-económico local, sobretudo ao nível social, onde os benefícios foram extensivos às comunidades locais, mas, comportou algumas contradições e conflitos, pois o Estado usurpou as terras das comunidades<sup>11</sup>.

**1991** - ano em que se verificou a falência de grandes explorações agrícolas estatais. Esta falência fez com que houvesse um desinvestimento neste sector e conseqüentemente houvesse uma distribuição de direitos de uso de terra a agricultores familiares.

Foi a partir de 1991 que, com o aumento da pressão da população local, agravada pelos refugiados de guerra e, consciente que as grandes áreas das explorações agrícolas estatais continuariam sem uso, o governo emitiu ordens para distribuir os direitos de uso sobre grandes áreas da terra das explorações agrícolas estatais aos agricultores do sector familiar e privado. No entanto, o presente trabalho cobre os três (3) períodos da história de desenvolvimento rural na região de Chókwè:

- a) **1954-1974** - Instalação do colonato do Limpopo na região de Chókwè. O governo português neste período, procurou modernizar a economia agrária do vale do Limpopo.

---

<sup>10</sup> O colonato do Limpopo foi criado no âmbito do I Plano de Fomento (1953-1958), este plano constituiu a primeira tentativa, segundo o Governo Português de reunir um conjunto diversificado de empreendimentos destinados a promover o desenvolvimento nas provincias ultramarinas. Tinha como objectivos o aproveitamento de recursos incluindo o povoamento, transportes e comunicações.

<sup>11</sup> Valá. 2004a) :1.

através de uma política de fixação de colonos portugueses. A partir de 1974, devido a instabilidade política vivida em Moçambique os colonos começaram a abandonar o país.

- b) **1975-1987-** Moçambique alcança a independência em 1975. Realização do IIIº Congresso. Período de indecisão quanto à exploração do regadio. Moçambique adoptou a estratégia socialista que colocava ênfase ao sector estatal, cooperativo e a criação das aldeias comunais.
- c) **1987-1991-** Entrada em vigor do Programa de Reabilitação Económica. Este programa precipitou o colapso das empresas estatais agrárias, sendo as suas terras ocupadas pelo sector privado, familiar. Foi neste período capitalista que com a introdução do PRE, a valorização da iniciativa privada e o reconhecimento da importância da actividade dos camponeses, contribuíram para a criação de facilidades financeiras através de ajuda de ONG's.

### **1.3.1- Motivação**

A opção por este tema, prende-se ao facto da diferenciação social e transformação rural serem assuntos da actualidade numa perspectiva de desenvolvimento rural. A sua relevância consiste na importância que o desenvolvimento rural e o campesinato têm para a economia moçambicana, uma vez que o campesinato tem assumido um lugar importante nos debates sobre o desenvolvimento rural e no combate à pobreza. Para se combater a pobreza no meio rural é necessário analisar os factores que contribuem para o fraco desenvolvimento da agricultura. Assim sendo, torna-se necessário estudar a problemática da diferenciação social e transformação rural, analisando de que forma a diferenciação social ocorre, como ela ocorre, que factores fazem com que ela ocorra. É importante perceber qual a dinâmica da diferenciação social e transformação rural numa perspectiva de desenvolvimento da região do Chókwè. Além disso, o problema do campesinato é um tema que desperta interesse aos planificadores e implementadores de políticas, governantes, à comunidade académica e ao povo moçambicano em geral.

A escolha da região de Chókwè para o caso a estudar, deve-se ao facto de nesta região ter sido implantado o maior regadio do país e um dos maiores de África ( com 30 mil hectares irrigados por gravidade). Chókwè é uma região crucial para o abastecimento alimentar da região meridional de Moçambique; foi considerada pelo governo pós-colonial “o celeiro da nação”, é uma região em que o campesinato é vítima de uma constante expropriação de terras e, é uma região geográfica privilegiada para se compreenderem as diferenciadas políticas agrárias implementadas<sup>12</sup> no passado, todas elas a expensas do campesinato. Analisar a questão da diferenciação social e da transformação rural no período colonial e pós-colonial, conduz-nos à discussão sobre as consequências das políticas agrárias para o campesinato. É importante estudar a problemática da diferenciação social e transformação rural no campesinato, porque o campesinato possui grande importância na economia moçambicana e qualquer via de desenvolvimento pressupõe a sua transformação com vista o aumento da produtividade.

## **1.4- METODOLOGIA**

### **1.4.1 - Fontes Utilizadas**

Para a realização deste estudo foram usadas as seguintes fontes de informação com vista à compilação de factos, tabelas e mapas:

- 1- Fontes primárias: entrevistas, documentos publicados e não publicados;
- 2- Fontes secundárias: teses, artigos publicados, monografias e artigos não publicados.
- 3- Fontes orais: estas fontes foram usadas para “captar” o sentimento dos camponeses, face à diferenciação social e transformação rural e, mostrar o ponto de vista dos camponeses sobre o processo de transformação rural.

Devido à discrepância entre as fontes escritas e, por não se saber até que ponto as fontes são fidedignas, foi necessário fazer verificação constante da informação e, uma confrontação entre as fontes.

### **1.4.2 Metodologia Usada no Trabalho de Pesquisa**

A investigação que está na base deste trabalho de pesquisa, desenvolveu-se em duas fases: A primeira que denomina-se de pesquisa teórico- bibliográfica, onde procuramos conhecer a produção bibliográfica, quer teórica quer documental. Foram consultados diversos tipos de

---

<sup>12</sup> Valá, 1995:25.



Telma Lina R.S.Ferreira (2005), Diferenciação social e transformação rural no Campesinato de Chókwè (1954-1991).

documentos escritos como, relatórios, livros publicados, artigos e estatísticas. Esta pesquisa incluiu consultas a acervos documentais de várias instituições como o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), o Centro de Estudos Africanos (CEA), o Centro de Documentação Agrária (CDA), Bibliotecas das Faculdades de Letras e de Agronomia da UEM, do INIA e da Direcção Distrital de Agricultura de Chókwè. Na fase de recolha de informação bibliográfica, optamos pelo método qualitativo, na medida em que procuramos captar a essência da informação e obter qualidade da mesma, para a análise do nosso objecto de estudo. Esta informação bibliográfica revelou-se importante por permitir uma maior cobertura de fenómenos dispersos temporalmente e pela faculdade que tiveram em remeter a novas fontes bibliográficas. É importante salientar que estes documentos escritos foram submetidos à crítica de veracidade, autenticidade e credibilidade. Feita a recolha documental e havendo necessidade de colmatar algumas lacunas que a documentação escrita evidenciou, houve necessidade de se recorrer às fontes orais.

A segunda fase que denomina-se de prática, consistiu num trabalho de campo<sup>13</sup> com base numa metodologia sócio-antropológica ou seja, a inquirição aliada à observação. A adopção desta metodologia que coloca o investigador em contacto directo e prolongado com o objecto de estudo, corresponde à satisfação de requisitos científicos, que estão relacionados com o facto do objecto de estudo constituir-se de relações sociais produzidas por grupos sociais. O trabalho de campo consistiu basicamente na recolha de testemunhos orais. O testemunho oral foi importante para este estudo, pelo facto de poder trazer novas informações ou ainda de poder validar ou esclarecer as informações escritas existentes.

Fez-se uso de um conjunto de métodos das ciências sociais como diversos tipos de entrevistas<sup>14</sup>: **Entrevistas semi-estruturadas**: foi uma das mais importantes técnicas de investigação, uma vez que consistiu no contacto directo e diálogo com o entrevistado. Esta técnica pressupõe discussões informais, sob forma de diálogo, baseadas numa lista flexível de tópicos. Este tipo de entrevistas foi associada a visitas às machambas para tomar um contacto directo com a situação do camponês.

<sup>13</sup> O trabalho de campo foi realizado no distrito de Chókwè, nos meses de Março e Abril e teve a duração de 30 dias.

<sup>14</sup> As entrevistas foram realizadas com maior incidência na sede do distrito de Chókwè, nas aldeias da Barragem (Macarretane), Lionde, Massavasse e conhane.

**Entrevistas estruturadas-** foi usado um guião contendo questões pontuais sobre a diferenciação social e transformação rural para aprofundar questões relacionadas ao processo. Estas entrevistas foram utilizadas como forma de recolher informação nova ou para esclarecer informações que aparecem nos estudos existentes. É importante salientar que as entrevistas forneceram informações que complementaram a informação obtida a partir das fontes escritas e que permitiram ter as percepções e visões dos camponeses sobre o processo de diferenciação social e transformação rural. O contacto com os camponeses, permitiu perceber melhor a questão da diferenciação social e da transformação rural no período colonial e pós-colonial e os principais problemas enfrentados por eles em relação ao desenvolvimento rural.

No decurso do trabalho de campo deparamo-nos com algumas dificuldades, como é o caso das longas distâncias que tínhamos que percorrer a pé, da estrada secundária às aldeias. Muitas vezes foi difícil obter informações porque os camponeses conotavam-nos com funcionários de Organizações Não – Governamentais e tinham tendência de se reservarem.

Quanto ao Método aplicado nesta pesquisa foi o **Método Histórico**. Lakatos e Marconi<sup>15</sup>, partem do princípio de que "as actuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado", torna-se importante pesquisar as suas raízes, para compreender a sua natureza e função. Assim, o método histórico, consistiu em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram a sua forma actual através de alterações das suas partes componentes.

Através deste método e colocando a diferenciação social e transformação rural no contexto sócio-político em que se institucionalizou, tentamos analisar e compreender a sua génese, evolução, alterações que sofreram e a sua contribuição para a melhoria das condições de vida dos camponeses, e permitiu a comparação de sociedades diferentes, neste caso o campesinato no tempo colonial e o do pós-colonial. Usamos este método na busca de informação, quer em fontes documentais, quer em fontes orais dos próprios agentes, sobre o seu passado.

---

<sup>15</sup> Lakatos e Marconi, 1988: 79-80

### 1.5 Base Conceptual

A grande variedade conceptual, torna necessário que se proceda de forma a que se clarifiquem os conceitos, para manter consistência nas definições dos conceitos chaves do trabalho.

Os conceitos fundamentais do presente estudo são camponês, sector familiar, diferenciação social, transformação rural e desenvolvimento rural.

Ao abordarmos qualquer problemática que esteja relacionada com as sociedades camponesas, a primeira preocupação coloca-se ao nível do que se entende por camponês.

Camponeses- são agricultores, excluindo outras categorias de produtores rurais, estes não usam mão de obra assalariada, produzem apenas para satisfazer as suas necessidades de subsistência<sup>16</sup>.

Para Cardoso<sup>17</sup>, o conceito de camponês foi adaptado da definição de Ellis (1988), onde "camponeses são unidades de produção agrária com acesso à terra, como meio de subsistência, utilizando principalmente mão-de-obra familiar, sempre localizados em sistemas abrangentes, caracterizados fundamentalmente pela integração parcial em mercados que tendem a funcionar com elevado grau de imperfeição". Nesta definição devemos sublinhar dois elementos que são: a identificação de camponeses com agricultores e o facto de serem ao mesmo tempo, famílias e empresas, isto é, de serem unidades económicas operando simultaneamente dos dois lados do mercado como produtores e consumidores.

Camponês, segundo Silva (1992)<sup>18</sup>, designa a unidade doméstica que tem a capacidade de se reproduzir a si mesma e de ter um certo excedente, através da utilização do trabalho dos seus membros que, não é considerado uma mercadoria, na reprodução directa de uma determinada superfície de terra. Por outro lado, Florêncio citando J. Saul e R. Woods, afirma que estes autores definem o conceito de camponês como aqueles "grupos sociais cuja segurança e subsistência consiste na posse de certos direitos sobre a terra, no trabalho familiar"<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Cardoso, 1991:23.

<sup>17</sup> Cardoso, 1991:22.

<sup>18</sup> Silva, 1992: 6

<sup>19</sup> Florêncio, 1994:15.

Estes grupos não deixam de estar envolvidos num sistema de direitos e deveres, onde se incluem grupos sociais não camponeses. Contudo, o conceito de camponês é muitas vezes discutível, para uns camponeses, refere-se a um grupo de pessoas ou famílias que vivem no meio rural, servindo-se dos recursos que a natureza oferece, sendo a agricultura sua actividade básica para o rendimento e subsistência familiar. Para outros, a inclusão da palavra rendimento muda-lhe a designação e passa a ser conhecido como agricultor.

Dependendo das suas capacidades financeiras, disponibilidade e acesso a tecnologias, estes podem ser agricultores familiares, industriais, empresariais, porém todos vivem no campo.

No entanto é importante entendermos que camponeses são pequenos produtores agrícolas, que utilizam meios de produção rudimentares, trabalho familiar, produzem o essencial para a auto-satisfação e estão integrados no sistema de mercado.

Devido ao predomínio das actividades agrícolas e à natureza familiar da grande maioria da pequena produção na região do Chókwè, o conjunto de unidades camponesas é, por vezes, agrupado sob a designação de "sector familiar".<sup>20</sup> Para Negrão (1995), o **sector familiar** é o conjunto de produtores agrícolas em que a força de trabalho é basicamente constituída pelos elementos de um agregado familiar. O sector familiar consiste em pequenas unidades de produção agrícola, nas quais se produz principalmente com a ajuda de simples instrumentos de trabalho e, com o uso da mão-de-obra familiar, para o seu próprio consumo e para o cumprimento das obrigações dos detentores do poder político e sócio-económico.

Valá<sup>21</sup>, afirma que embora em teoria seja possível considerar fora do "sector familiar" rural o grupo de trabalhadores de empresas rurais ou mesmo assalariados eventuais nas aldeias, essa diferença é difícil de se estabelecer porque estas categorias estão parcialmente integradas no "sector familiar".

Este sector não se restringe apenas ao conjunto de camponeses, embora estes sejam o seu grupo maioritário. Assim, o "sector familiar" pode ser definido como sendo "o conjunto de unidades económicas utilizando essencialmente trabalho familiar na produção, fazendo parte de sistemas mais vastos e parcialmente integrados em mercados, que tendem a funcionar

---

<sup>20</sup> Segundo Valá (1995), o conceito de sector familiar é muito utilizado em Moçambique, no entanto a sua definição é contraditória e não corresponde à realidade existente no Chókwè

com um elevado grau de imperfeição<sup>22</sup>. Esta definição permite a inclusão de outras categorias de produtores familiares, para além dos camponeses, que actuam nas zonas rurais. Assim, esta definição pressupõe que o sector familiar seja uma unidade de produção, equipada com simples instrumentos de produção.

Já no tempo colonial existia uma clara distinção entre o sector “ moderno”(empresarial, comercial, capitalista) e o sector “ tradicional” (familiar, camponês). Esta distinção, estava mais ligada a conceitos jurídicos e raciais do que à utilização de meios técnicos ou à dimensão das explorações agrícolas.

Valá, citando Tanner, afirma que os produtores familiares (camponeses) não usam mão-de-obra assalariada, produzindo apenas para satisfazer as necessidades de subsistência enquanto que os produtores agrícolas privados, possuem trabalhadores assalariados ao seu serviço, e a sua produção está orientada para a comercialização<sup>23</sup>. Porém, os produtores familiares utilizam mão-de-obra assalariada em certas fases da produção e vendem uma parte da sua produção. Este critério de diferenciação, segundo Valá (1995), serve para classificar indivíduos ou grupos, com objectivos administrativos e legais, camuflando assim importantes laços económicos e sociológicos.

No período pós-independência, a classificação destas duas categorias ( sector moderno e sector tradicional) foi substituída por designações de sectores familiar e privado. Valá citando Autran afirma que, a classificação dos camponeses em duas categorias, produtores familiares e privados, serve como base de apoio específico ao desenvolvimento dos pequenos camponeses associados ao “sector familiar”, por um lado, e à definição duma política fiscal aos privados por outro<sup>24</sup>. A distinção entre agricultores privados e familiares com base no critério de superfície de terra, posse de gado e instrumentos de trabalho não corresponde à realidade, uma vez que no Chókwè alguns agricultores do sector familiar possuem áreas superiores a quatro hectares e vendem a sua produção.

---

<sup>21</sup> Valá, 1995:16

<sup>22</sup> Cardoso, 1991:24.

<sup>23</sup> Valá, 1995:16

<sup>24</sup> Valá, 1995:17.

A distinção entre estes dois sectores vem discriminar o sector familiar, uma vez que se pensa que este sector não produz para o mercado e nem é capaz de se desenvolver. Na realidade o sector familiar enfrenta dificuldades tais como o acesso a mais terras, meios de trabalho e capital para investir na sua produção, o que impede de produzir grandes quantidades de alimentos para abastecer o mercado nacional.

Num artigo dedicado à análise da teoria económica camponesa de Chayanov, Basile Kerblay, defende que a maior contribuição teórica deste autor russo, foi o traçar de uma especificidade da economia camponesa, concebida enquanto modo de produção distinto dos que tinham sido teorizados por Marx (esclavagismo, feudalismo, capitalismo e socialismo). Assim, a economia camponesa não só determinava formas específicas do comportamento individual das unidades familiares, como ao nível nacional, determinava a existência de um sistema económico diferenciado de outros sistemas<sup>25</sup>.

### **Diferenciação Social**

Segundo Silva (1992)<sup>26</sup>, com o desenvolvimento do capitalismo como modo de produção dominante, as relações de produção capitalistas se expandem à organização económica e social camponesa, num processo que é conhecido como diferenciação social camponesa, em que uma minoria se converte em produtor agrícola especializado capitalista e a maioria em proletário.

A expressão, diferenciação social, tem sido relacionada na literatura sociológica com os processos de especialização e evolução. O fenómeno tem sido entendido como processo ou como resultado, embora seja frequente uma perspectiva simultânea. H. Spencer trata o tema da diferenciação como tendência da mudança social, para ele as sociedades começam como unidades pequenas e vão crescendo, esse crescimento em massa ou tamanho é acompanhado de um aumento da estrutura, ao ter lugar o aumento estrutural e de tamanho, a diferenciação das partes que compõem o sistema aumenta, aumenta também a independência dessas partes que se diferenciam progressivamente. A diferenciação social é “o agrupamento dos

---

<sup>25</sup> Florêncio, 1994:15.

<sup>26</sup> Silva, 1992: 6

membros de uma sociedade e de sua repartição respectiva em grandes conjuntos segundo determinados aspectos comuns a alguns e não a outros”<sup>27</sup>.

Mosca (1988)<sup>28</sup> afirma que a diferenciação social remonta ao período antes da implantação do regadio e esta foi acelerada com a construção do regadio e pela forma da sua ocupação. Esta diferenciação, está ligada à estrutura da sociedade tradicional e tem como base o movimento migratório, a hierarquia da sociedade tradicional e a hierarquia religiosa.

Para Valá<sup>29</sup>, o factor fundamental de diferenciação social assentava na hierarquia da sociedade tradicional, que pressupunha um acesso privilegiado à certos meios e bens materiais, influência política e religiosa e prestígio social. Além da posição de liderança comunitária, os principais factores de diferenciação foram o acesso e posse de terras, posse de gado e novas fontes de rendimento como trabalho migratório e outras formas de assalariamento. A posse de meios e instrumentos de trabalho era também um factor principal de diferenciação mas estava associado e bastante dependente da acumulação obtida através do trabalho migratório e do assalariamento.

### **Transformação rural**

Após a independência, o governo da Frelimo nacionalizou a terra. A socialização do campo, um dos objectivos do governo requeria a alteração da distribuição territorial da população rural. Assim surgiram as aldeias comunais que foram uma forma de concentração da população e de organização da actividade económica no meio rural. O IIIº Congresso da Frelimo deu grande proeminência à agricultura como base da estratégia de desenvolvimento de Moçambique, reafirmando que a transformação rural se deveria realizar por meio da organização dos camponeses em aldeias comunais, assim como da reestruturação das actividades produtivas em moldes colectivos<sup>30</sup>.

A estratégia das aldeias comunais teria um duplo objectivo, vencer o subdesenvolvimento e transformar as relações sociais do campo numa perspectiva socialista. No entanto, o

---

<sup>27</sup> Silva (coord.), 1986:347.

<sup>28</sup> Mosca, 1988: IV.13.

<sup>29</sup> Valá, 2003:57

<sup>30</sup> Bowen, 1990:9.

movimento das aldeias comunais, como estratégia de desenvolvimento e de transformação rural, começou a perder dinamismo e a tornar-se contraditório devido aos programas de transformação do modo de produção familiar. Neste trabalho, entende-se por transformação rural, os processos multiformes de mudança do meio rural, que tem como actores pessoas locais e externas, que se adaptam ou reagem a novas condições económicas, políticas e sociais.

### **Desenvolvimento (Rural)**

O desenvolvimento<sup>31</sup> pode ser abordado como sendo um processo educativo no qual os participantes aumentam os seus conhecimentos e sua compreensão dos vários factores que lhes afectam, melhorando qualitativamente a sua intervenção na resolução dos assuntos que lhes dizem respeito em função dos seus interesses. Para Valá<sup>32</sup>, o desenvolvimento é um processo através do qual os seres humanos conseguem atingir um melhor nível de vida, de modo a poderem saber desfrutar de melhores condições de vida, isto incluindo o aumento da produção, a melhoria da equidade e a manutenção e reforço da fonte de recursos renováveis.

O desenvolvimento é entendido como um processo que articula os esforços nas esferas do crescimento económico, equidade social, uso racional dos recursos naturais e a boa governação com o objectivo de melhorar as condições de vida da população, mediante uma transformação produtiva<sup>33</sup>. Em Moçambique, a necessidade de desenvolvimento está orientada para a redução e /ou combate da pobreza no meio rural, pois é lá onde vive a maior parte da população considerada pobre. Desenvolvimento rural deve ser entendido como a de aquisição de inovações nas formas de pensar, sentir e agir das populações rurais relativamente a todos os aspectos da sua vida: saúde, educação, meio ambiente, organização social, economia. Portanto um processo de mudanças planeada e integrada em torno de intenções dos camponeses que procuram obter por si próprios, condições favoráveis a formas de vida mais consentâneas com as necessidades humanas.

---

<sup>31</sup> Valá, 1998:1

<sup>32</sup> Valá, 2005:4

<sup>33</sup> Conselho de Ministros, 2000:3.



### **1.6- Estrutura da dissertação**

O trabalho encontra-se organizado em seis (6) capítulos, consistindo o Iº capítulo, pela presente introdução, os métodos e fontes de informação utilizados e uma base conceptual.

O capítulo IIº faz uma apresentação do distrito de Chókwè, procurando dar uma visão geral do mesmo, particularmente nos aspectos relacionados com o clima e solo. É dedicado maior espaço à análise da economia política da região, o papel da agricultura e o impacto do trabalho migratório na agricultura.

No IIIº capítulo, procura-se mostrar qual o efeito da instalação do colonato do Limpopo na região, apresentam-se aspectos sócio-económicos que pela sua acção no colonato impulsionaram a diferenciação social.

No IVº capítulo, descreve-se a estratégia socialista e como ela influenciou na diferenciação social, identificando os factores que contribuíram para o processo de diferenciação social e transformação rural e avaliando de que forma estes factores contribuíram para melhorar as condições de vida do campesinato.

No Vº capítulo, descreve-se a estratégia capitalista, demonstrando como esta estratégia acelerou o processo de diferenciação com a introdução do PRE, tendo degradado a vida do campesinato.

Por último apresenta-se uma conclusão, bibliografia e anexos.

## CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E ECONOMIA POLÍTICA DE CHÓKWÈ

### 2.1. Localização e Principais Características

No presente capítulo apresenta-se a localização e principais características da região do Chókwè, aborda-se a questão do papel da agricultura familiar e do trabalho migratório, para a economia da região. Assim, pretendemos demonstrar que, Chókwè apesar de ser uma região agrícola, a agricultura no entanto, deixou de ser uma actividade fundamental para o campesinato. Os camponeses têm deixado de investir na agricultura, preferindo investir em outras estratégias de sobrevivência, como o corte e venda de lenha, caniço, a venda de carvão e de animais de pequeno porte.

O distrito de Chókwè, localiza-se a sudoeste da região central da província de Gaza, tendo como limite os distritos de Guijá e Chibuto, a sul o distrito de Bilene-Macia, e o rio Mazimuchope, a leste uma pequena faixa do distrito de Bilene- Macia, e a oeste o distrito de Massingir e a província de Maputo através do distrito de Magude<sup>34</sup>. Esta região, situa-se entre as coordenadas: latitude 24°31'24'' Sul, longitude 33°00'15' Este<sup>35</sup>; possuindo uma superfície terrestre de 2644 km<sup>2</sup> (vide mapa1). O distrito tem uma população de cerca de 173.351 habitantes (censo de 1997)<sup>36</sup>.

O distrito de Chókwè está dividido em quatro postos administrativos: Lionde, Macarretane, Xilembene e a cidade de Chókwè, oito localidades, vinte e cinco aldeias incluindo as implantadas depois de 1977 e dez bairros comunais<sup>37</sup>. O perímetro irrigado de Chókwè localiza-se no distrito do mesmo nome, tem uma área de 25. 000 hectares irrigados por águas provenientes do rio Limpopo. Estende-se desde a barragem de Macarretane até às regiões de Nwachicoluane, Mapapa, Malhazene e Chalucwane, num comprimento de cerca de 95 km (vide mapa2). O presente estudo centrou-se em Macarretane, Chókwè, Lionde, Conhane e Massavasse.

---

<sup>34</sup> MAE, 2004:184.

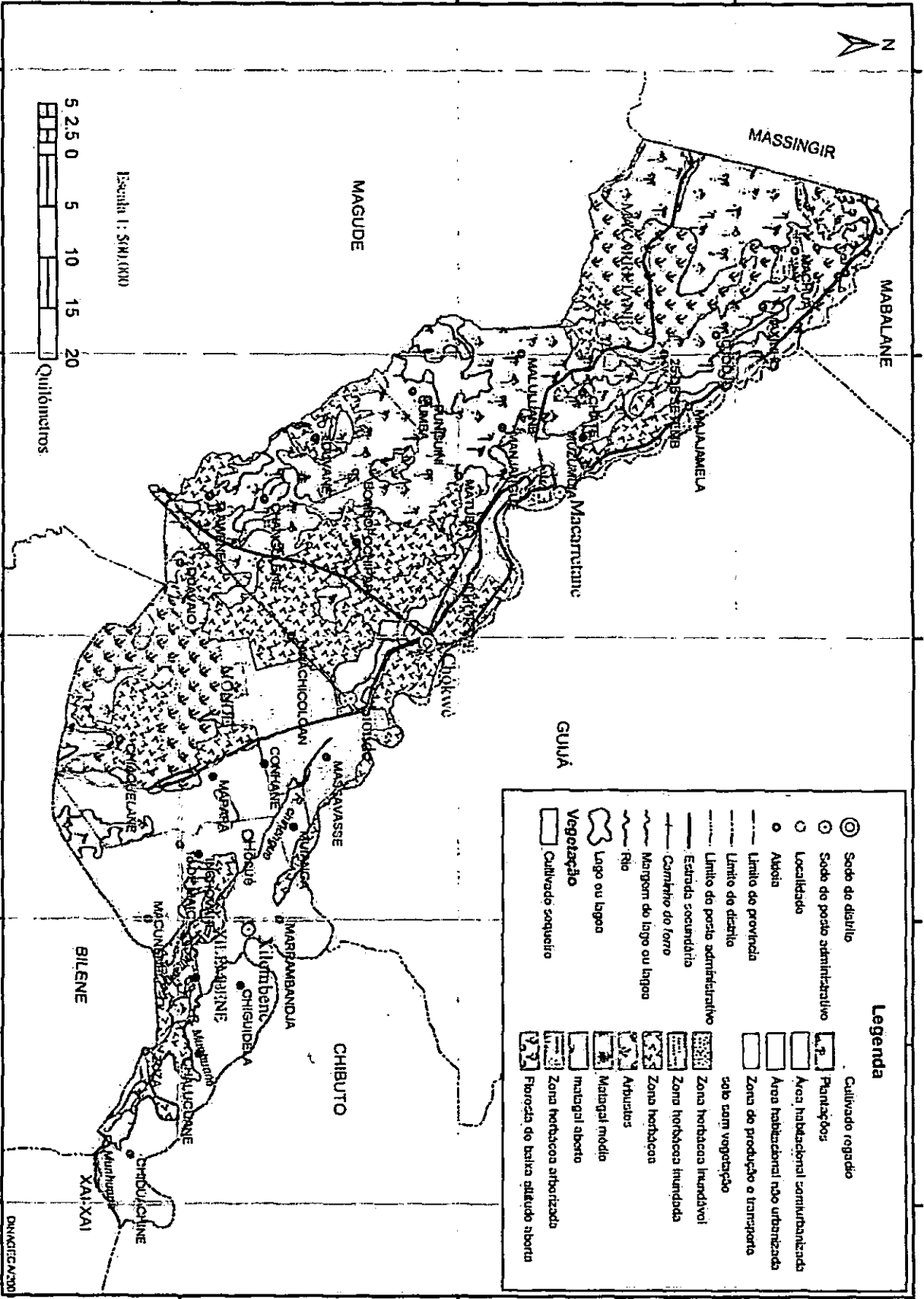
<sup>35</sup> Quanto a localização do distrito vide mapa 1.

<sup>36</sup> MAE, 2004:184.

<sup>37</sup> Valá, 1995:26



PROVINCIA DE GAZA  
Distrito de Chikwé



32°30'0"E 32°45'0"E 33°00'0"E 33°15'0"E 33°30'0"E  
24°45'0"S 24°30'0"S 24°15'0"S  
Escala 1 : 500 000  
Quilómetros  
DNM/GC/M/200

Telma Lina R.S.Ferreira (2005). Diferenciação social e transformação rural no Campesinato de Chókwè (1954-1991).

Chókwè possui um clima semi-árido, com cerca de 622 mm de precipitação média anual, sendo a máxima de 140 mm e a mínima de 10 mm. No entanto, na distribuição da precipitação mensal distingue-se a época chuvosa, que vai de Outubro a Março e a época seca, de Abril a Setembro. A distribuição da temperatura ao longo do ano, apresenta dois períodos distintos: um período quente e outro frio. As temperaturas médias mensais mais elevadas registam-se nos meses mais quentes do ano (Dezembro, Janeiro e Fevereiro), enquanto que as mais baixas, registam-se nos meses mais frios (Junho e Julho). A amplitude térmica é de 8.9°C e a temperatura média anual situa-se entre os 22°C e 24°C<sup>38</sup>.

Os solos deste distrito são constituídos, na sua maioria, por formação marinha. As características mais determinantes são: uma camada de solo arenoso mal estruturado, sobre um subsolo franco e argiloso de grande dureza e compacidade. O solo superficial arenoso tem baixa capacidade de retenção de água e tem uma baixa fertilidade natural. O subsolo é moderado e fortemente salino e sódico respectivamente<sup>39</sup>. A salinidade e sodicidade chegam a ser extremamente graves, havendo uma progressão rápida em certas zonas. No entanto, os teores de sal têm duas origens principais: sedimentos marinhos e ressalinização por manejo deficiente da água de rega, causando fluxo capilar para a superfície, má drenagem dos campos, preparação do solo sem tomar em conta a profundidade a que se encontra o sal, culturas praticadas em certos momentos em terras não adequadas à respectiva cultura<sup>40</sup>. De acordo com Valá (1995), o regadio do Chókwè tem contribuído para a alteração da situação dos solos da região, uma vez que extensas áreas não podem ser utilizadas devido à salinização provocada pela irrigação descontrolada e por uma má gestão da expansão do regadio no pós-independência.

Apesar da baixa fertilidade natural do solo, este distrito possui excelentes condições para a prática da agricultura devido ao facto dos solos serem constituídos por formação marinha. A área cultivada pelo sector familiar é de 9.393 hectares, o que representa cerca de 5% da área total do distrito<sup>41</sup>. A localização do distrito e as características atrás apontadas permitem-nos afirmar que Chókwè é uma zona de um elevado potencial agrícola, onde na economia da

<sup>38</sup> MAE, 2004:184.

<sup>39</sup> Mosca, 1988:11

<sup>40</sup> Mosca, 1988: 2-3.

<sup>41</sup> PNUD, 1997:4

região, a agricultura e a criação de gado / são as actividades predominantes e são complementadas por actividades comerciais, tanto formais como informais. O trabalho migratório constitui uma importante fonte de rendimentos para a população local.

## 2.2- O Papel da Agricultura Familiar na Economia de Chókwè

O sector familiar em Moçambique desempenhou desde o tempo colonial um papel muito importante quer pelo volume da produção, quer pelo volume da população que vivia no campo. Serra citando Moura, afirma que "a agricultura era responsável em 1973, apenas por cerca de 17% do produto interno bruto moçambicano e, cerca de 90% da população habitava nas zonas rurais e delas dependia economicamente"<sup>42</sup>. Esta situação, nos dias de hoje, apresenta-se de modo diferente, pois a população não depende apenas da terra, mas do trabalho assalariado e comércio informal.

Na região sul, a chamada agricultura de subsistência possuía já um elevado grau de integração na economia monetário-mercantil. Este tipo de agricultura dependia de transacções comerciais para a sua reprodução, quer através da compra de utensílios de trabalho quer de bens de consumo que ao longo dos tempos tinham sido introduzidos nos hábitos da população. A agricultura de subsistência não constituía a principal base das receitas monetárias das famílias camponesas com os montantes provenientes do pagamento de salários (anuais e diferidos) aos mineiros a suplantarem as receitas de vendas de culturas de rendimento nos circuitos comerciais.<sup>43</sup> A agricultura de subsistência não era auto suficiente face às necessidades dos camponeses. Perante este facto, muitos camponeses tiveram que recorrer ao trabalho migratório para aumentar a produção ao nível da agricultura e satisfazer as suas necessidades económicas.

No Chókwè, a agricultura é uma das principais actividades económicas desenvolvidas pelo campesinato. De acordo com as estatísticas agrícolas do World Bank, DINA e FAO, o sector familiar é o que mais contribui para a produção agrícola de subsistência alimentar e comercializada. "*O sector familiar usa técnicas rudimentares e as áreas de produção são limitadas, este sector domina as culturas de sequeiro (milho, feijão nhemba, mandioca,*

---

<sup>42</sup> Serra, 1991:335

<sup>43</sup> Cardoso, 1991:125

*mapira e batata-doce) e utiliza mão-de-obra familiar. A produção é basicamente para o auto-consumo e para a venda no comércio informal.*<sup>44</sup>

De acordo com Serra<sup>45</sup>, "a alimentação da esmagadora maioria da população rural dependia da agricultura familiar. Wuyts citado por Serra, estimou que a produção agrícola de subsistência representava no final do período colonial cerca de 15% da produção agrícola total, e que os camponeses eram responsáveis por cerca de 1/3 da produção comercializada". Esta agricultura era a principal fonte de abastecimento das cidades. No entanto, este sector depara com a falta de sementes, de rega, de terra, assim como de fertilizantes, além de enfrentar um grande problema de pragas. A agricultura familiar é importante porque é onde existem maiores reservas de aumento rápido de produção a curto prazo. No sector familiar, o aumento da produção não representa importantes investimentos do Estado, nem despesas de gestão e é o sector que incorpora menor percentagem em moeda externa na estrutura de custos de produção e por tonelada produzida.

### **2.3. O Impacto do Trabalho Migratório na Agricultura**

A integração de Moçambique, no complexo económico da África Austral, foi reforçado pelos fluxos de trabalho migratório para os territórios vizinhos. O principal surto migratório era realizado para as minas e plantações do Transvaal na África do Sul. Esta migração, foi regulamentada a partir de 1897 em várias convenções assinadas entre o governo Português e as autoridades Sul Africanas<sup>46</sup>.

A partir de 1914, o recrutamento legal passou a estar confinado a sul do paralelo 22. Isto tornou esta zona em fonte de recrutamento preferencial de mão de obra para o complexo industrial mineiro sul-africano. Segundo nossos entrevistados, "*o desenvolvimento económico do Chókwè, foi condicionado pelo trabalho migratório e esta situação provocou uma profunda alteração na divisão do trabalho entre homens e mulheres na agricultura*"<sup>47</sup>.

Com efeito, segundo Loforte, "a agricultura transformou-se numa actividade

---

<sup>44</sup> Entrevista com Alberto Zacarias, Lionde, 12 de Abril de 2005.

<sup>45</sup> Serra, 1991:335

<sup>46</sup> Cardoso, 1993:108

<sup>47</sup> Entrevista com Neta Marindze e Filimão Cossa, Lionde, 14 de Abril de 2005.

predominantemente feminina"<sup>48</sup>, uma vez que os homens passavam maior parte do tempo nas minas.

As zonas rurais, das províncias do sul de Moçambique, foram historicamente convertidas durante a dominação colonial em áreas albergando um exército industrial de reserva, a partir do qual era recrutada a força de trabalho necessária ao complexo mineiro sul-africano, em conformidade com as necessidades dessa indústria<sup>49</sup>. Isto perpetuou a criação e reprodução contínua de um excedente de força de trabalho na economia camponesa que, por necessidade económica se converteu numa fonte de trabalho assalariado barato.

Em certas regiões do sul de Moçambique, como no caso do Chókwè, o trabalho migratório tornou-se uma espécie de rito de passagem. O homem era considerado "maduro" ou idóneo de acordo com o número de idas às terras do rand. O trabalho migratório permitia ao camponês complementar a sua produção. "Os mineiros podiam usar parte dos seus rendimentos para adquirir instrumentos e implementos para melhorar a produtividade nas suas terras"<sup>50</sup>. A importância do contingente migratório, permite afirmar que, um dos traços característicos da economia política do colonialismo português em Moçambique, é o de que ele assumiu uma feição centrífuga, da força de trabalho nativa, de que beneficiaram os países vizinhos, e uma das razões deste fenómeno, era o baixo nível de salários praticados em Moçambique<sup>51</sup>. Esta situação prevalece nos dias de hoje devido a diversas razões tais como a falta de emprego, a prática de salários muito baixos e ao facto da agricultura familiar não ser auto-suficiente para o campesinato.

O desenvolvimento da prática agrícola no Chókwè está intimamente ligado ao trabalho migratório na África do Sul, uma vez que os salários dos emigrantes são essenciais para o desenvolvimento agrícola. "Os salários das minas não se limitavam a constituir um suplemento do rendimento da agricultura, mas também financiavam a aquisição de implementos agrícolas tais como charruas, enxadas, bombas de água e moagens, assim como

---

<sup>48</sup> Loforte, 1987:60

<sup>49</sup> Wuyts, 1978:13

<sup>50</sup> Covane, 2001:240

<sup>51</sup> Serra, 1991:324-325



gado”<sup>52</sup>. Estes salários, possibilitaram que a população rural sobrevivesse aquando das calamidades naturais e alimentaram um crescimento de uma camada de camponeses. Os rendimentos do trabalho migratório, para o camponês pobre, garantiam a satisfação das necessidades de subsistência, enquanto que, para o camponês médio e ou rico os salários das minas não constituíam apenas um suplemento do rendimento da agricultura, mas sim para financiar a aquisição de instrumentos como charruas, arados, motobombas, gado, bicicletas, mobiliário de casa<sup>53</sup>.

O salário das minas, permitiu que certas camadas do campesinato atingissem níveis de acumulação mais rápidos e altos. Existem exemplos do impacto do salário mineiro na transformação da produção camponesa, tais como os investimentos em máquinas e implementos agrícolas mais sofisticados (tractores, charruas e grades mecânicas), em novos insumos (fertilizantes, pesticidas) em equipamento de transporte, em infra-estruturas para irrigação, armazenagem, comércio e cercados para o gado, na diversificação da produção e incremento da pecuária e no aumento do consumo de bens duráveis (casas de alvenaria, mobiliário, aparelhagens electrónicas e carros). Pela função dos salários das minas, pode-se dizer que a agricultura camponesa do Chókwe tem estado dependente do trabalho migratório e tem vindo a contribuir para que haja uma diferenciação social no seio do campesinato.

A introdução do PRE trouxe uma nova dinâmica para a economia política da região. Com o tempo, a economia foi-se alterando, os migrantes passaram a trazer carros e aparelhagens para vender na região, em vez de trazer dinheiro para utensílios agrícolas. No entanto, os camponeses passaram a vender vegetais tais como tomate, hortaliça e cebola nas cidades vizinhas, principalmente na cidade de Maputo. Além da venda de vegetais estes camponeses passaram também a vender parte do seu gado e a fazer pequenos negócios como a venda de carvão. Estas alterações na economia política da região, mostram que são um processo dinâmico em que os camponeses procuram uma resposta às exigências económicas que a sociedade lhes impõe.

---

<sup>52</sup> Bowen, 1990:9

<sup>53</sup> Bowen, 1990: 15.

#### 2.4. Diferenciação Social no Campesinato

Uma das premissas para o surgimento da diferenciação social no Chókwè, foi o trabalho migratório na África do Sul. Este trabalho permitiu que, as famílias melhor posicionadas na hierarquia local, pudessem adquirir meios para iniciar um processo de acumulação. Isto permitiu de certo modo que, estas famílias adquirissem meios de produção, para se estabelecer na agricultura, enquanto que, a maior parte do campesinato aproveitava os lucros do trabalho migratório para cobrir as despesas de consumo diário da família<sup>54</sup>. Esta acumulação resultou num processo de diferenciação social na região.

Bowen<sup>55</sup> afirma que, a diferenciação no campesinato surgiu antes do estabelecimento do regime colonial e foi acelerada pela penetração capitalista e por políticas coloniais como o sistema de trabalho migratório, e a introdução das culturas obrigatórias. Antes do estabelecimento do regime colonial, a diferenciação social verificava-se através de “privilegiadas” ligações que certos camponeses mantinham com o poder tradicional, uma vez que membros deste poder, ajudavam alguns camponeses a prosperarem não lhes apresentando exigências tais como a prática das culturas obrigatórias.

Na agricultura, o factor que incrementou a divisão entre ricos, médios e pobres foi o acesso a melhores terras e o sistema de uso de terras que tem a ver com a pertença a famílias ligadas ao poder político<sup>56</sup>. De facto, de acordo com os nossos entrevistados, *“quem teve acesso a melhores terras foi quem tinha família no governo, quem tinha confiança dos dirigentes, exceptuando casos de camponeses que já tinham terras durante a vigência do colonato”*<sup>57</sup>. O uso de charruas e bois permitiu que no Chókwè surgisse um estrato pequeno de produtores agrícolas orientados para o mercado, uma vez que alguns camponeses ampliaram as áreas que cultivavam no vale e semearam novas parcelas de terra, sendo o produto comercializado. Roesch<sup>58</sup> indica que, a formação do estrato de camponeses não foi simplesmente consequência da introdução de charruas e da capitalização da produção agrícola, mas também do desrespeito da ética redistributiva que anteriormente orientava a reprodução social. Isto significa que, inicialmente havia o respeito pela hierarquia na

---

<sup>54</sup> Hermele, 1986:72

<sup>55</sup> Bowen, 1990:7.

<sup>56</sup> Silva, 1992:63.

<sup>57</sup> Entrevista com Bento Chongo, Mateus Macaringue e Carlos Mahumane, Lionde, 18 de Abril de 2005.

redistribuição que orientava a reprodução social, esta ordem deixou de ser respeitada concorrendo para a formação de estratos de camponeses, acentuando a diferenciação social.

Dentre vários factores que influíram no processo de diferenciação social, a seca teve particular importância. Esta separou os camponeses que têm acesso a terras de regadio daqueles que cultivavam apenas propriedades de sequeiro. Isto equivale a dizer que os camponeses que têm terras no regadio estão melhor posicionados e beneficiados em relação aos camponeses que cultivam no sequeiro. Os que têm terras no regadio não sofrem efeitos da seca tão duramente como os que cultivam em propriedades do sequeiro pois os primeiros usufruem das águas do rio Limpopo.

### **2.5 – Estratégias de Sobrevivência do Campesinato**

Como forma de sobrevivência, os camponeses, tem alterado o seu modo de produção consoante as estações, isto é, têm praticado várias culturas numa só estação - a policultura.

Os camponeses médios que possuem tractores, animais de tracção, charruas, e pequenas propriedades dentro do sistema do regadio alargaram a sua estratégia de sobrevivência, alugando os seus instrumentos de trabalho e as suas terras. No dizer de Julião Mulhovo<sup>59</sup>:

*“ acabávamos por alugar os nossos instrumentos de trabalho e a terra por falta de dinheiro para investir na agricultura. Hoje em dia, o aluguer paga-se em dinheiro, por exemplo para uma lavoura de um hectare cobra-se um milhão e duzentos mil meticais, para gradagem seiscentos mil meticais e para abertura de sulcos trezentos mil meticais. Então um camponês que só depende da agricultura, como é que pode custear estas despesas? ”*

Para muitos casos de camponeses pobres, como se pôde constatar no trabalho de campo, estes recorrem muitas vezes ao assalariamento nas machambas dos agricultores privados, corte e venda de lenha, de caniço, à produção e venda de carvão e de bebidas tradicionais, à criação e venda de animais de pequeno porte como galinhas e cabritos, ao comércio informal e às associações. Por exemplo Maria Alfredo Valoi<sup>60</sup>, depois do Estado lhe ter expropriado a terra, enquadrou-se numa associação, a união das cooperativas. No seu ponto de vista foi

---

<sup>58</sup> Roesch, 1986 :17

<sup>59</sup> Entrevista com Julião Mulhovo, Chókwè, 15 de Março de 2005.

<sup>60</sup> Entrevista com Maria Alfredo Valoi, Chókwè, 16 de Março de 2005.

bom ter entrado para a associação, por isso diz: *“se eu não tivesse entrado para a associação estaria em casa a depender dos meus filhos”*.

Os camponeses recorrem à criação de gado e à pesca para a sua sobrevivência. Embora os camponeses tenham alterado o seu modo de produção e os documentos coloquem a agricultura como eixo fundamental de desenvolvimento do país, podemos notar que os camponeses acabam por identificar outras estratégias de sobrevivência extra-agrícolas. As mesmas conduzem a uma diferenciação social que resulta numa transformação rural. Com o dinheiro obtido nestas estratégias de sobrevivência o agricultor investe na agricultura, aumentando a sua área de produção e adquirindo instrumentos de trabalho o que lhe permite prosperar em termos económicos, distinguindo-se deste modo dos outros camponeses.

### **CAPÍTULO III - DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO RURAL DURANTE O COLONATO DO LIMPOPO, 1954 - 1974**

O presente capítulo aborda a questão da diferenciação social e transformação rural no Colonato do Limpopo desde 1954, altura em que o estado português procurou modernizar a economia agrária do vale do Limpopo através de uma política de fixação de colonos portugueses até ao momento da instabilidade política que se viveu em Moçambique em 1974. Neste capítulo, pretendemos demonstrar que com a chegada dos colonos, o vale do Limpopo foi palco de um processo de diferenciação social entre brancos e negros e entre negros.

#### **3.1 O Colonato do Limpopo**

Desde os finais do século XIX, a região do médio Limpopo já era conhecida por individualidades portuguesas como propícia para o desenvolvimento da agricultura comercial. Neste sentido, o governo colonial encarregou o engenheiro Trigo de Morais de conceber um projecto que incluísse um sistema de irrigação, complexo habitacional, e uma linha férrea que ligasse a cidade de Lourenço Marques à Rodésia do Sul<sup>61</sup>.

O colonato do Limpopo, foi criado no âmbito do I Plano de Fomento (1953-1958). Este plano, segundo o governo Português, constituiu uma tentativa de reunir um conjunto diversificado de empreendimentos destinados a promover o desenvolvimento nas províncias ultramarinas e tinha como objectivo o aproveitamento de recursos, incluindo povoamento, transportes e comunicações<sup>62</sup>.

O sistema de regadio tinha objectivos económicos e políticos. Visava aumentar a produção nacional de arroz, reduzir a dependência de alimentos básicos provenientes dos países vizinhos e trazer de Portugal várias famílias de camponeses pobres, atingindo-se assim o objectivo de resolver o problema de desemprego na Metrópole. O objectivo político era de reforçar a ocupação portuguesa em Gaza<sup>63</sup>.

---

<sup>61</sup> Lopes, 1968:29, Almeida, 1970:39

<sup>62</sup> Almeida, 1970:39

<sup>63</sup> Tanner et al., 1992:13.

Os camponeses, tanto ricos como pobres, foram obrigados a ceder o seu lugar aos colonos trazidos de Portugal, com o objectivo de cumprirem a "missão civilizadora"<sup>64</sup>. Estes colonos, eram camponeses pobres e na sua maioria, analfabetos. Nas obrigações contratuais<sup>65</sup>, estes colonos estavam proibidos de assalariar trabalhadores ou possuírem outras ocupações. Isto constituiu um mecanismo de controle social, que o governo português encontrou para que os colonos brancos não se transformassem em exploradores ou agricultores autónomos, mas sim em verdadeiros camponeses que estariam ao serviço do estado.

O colonato começou por admitir apenas camponeses brancos vindos de Portugal e só em 1959 foi permitida a entrada de alguns moçambicanos como colonos, gozando dos mesmos direitos e deveres que os portugueses<sup>66</sup>. Esta informação contradiz o que Trigo de Morais afirmava:

*" A obra de povoamento que se pretende realizar, enraizada no regadio, é para brancos e para pretos e situa-se no caminho seguido por Portugal desde sempre na sua acção civilizadora. É uma obra em que a vida em conjunto de brancos e pretos será fraternalmente ligada pelo anseio do engrandecimento espiritual e material da nação "*<sup>67</sup>.

Autores como, Almeida (1970), Lopes (1968), apontam que, quando o colonato entrou em funcionamento, admitiu moçambicanos, desde que aceitassem a assimilação. Alfredo Mucavel, referenciando Trigo de Morais disse: *"esta obra é tanto para brancos como para negros que em vez de irem enriquecer as terras dos outros deixando as suas empobrecerem, deveriam todos se entregar ao trabalho árduo para o desenvolvimento desta região de solos tão ricos"*<sup>68</sup>. No entanto, nem todos os camponeses cujas terras foram abrangidas pelo projecto, aceitaram entrar para o colonato, segundo nossos entrevistados, *"muitos de nós não gostamos do projecto porque tirou-nos as terras, fugimos para outras regiões e para África do Sul por pensar que haveria xibalo novamente. Nós não aceitamos que o branco nos distribuisse terra porque ele não é natural daqui"*.<sup>69</sup> A maior parte dos camponeses

---

<sup>64</sup> Lopes, 1968:37, Hermele, 1986:56

<sup>65</sup> Vide anexo2

<sup>66</sup> Hermele, 1989: 58.

<sup>67</sup> Almeida, 1970:39.

<sup>68</sup> Entrevista com Alfredo Mucavel, Maputo, 21 de Abril de 2005.

<sup>69</sup> Entrevistas com, Lucas Mucamanichangue, Lionde, 13 de Março; Vasco Maposse, Chókwè, 11 de Março e Mário Massango, Chókwè, 17 de Março de 2005.

preferiu migrar para outras regiões para dar continuidade à actividade que vinham desenvolvendo no Chókwè que era a agricultura e a criação de gado.

A instalação do Colonato em 1954, nesta região do vale do Limpopo, implicou a expropriação das terras férteis dos camponeses locais. À medida que o Colonato aumentava, novas áreas ficavam abrangidas e o processo de expulsão avançava igualmente sob o pagamento de uma indemnização monetária que não era suficiente para garantir a produção agrária. Segundo o nosso entrevistado David Mandlate<sup>70</sup>:

*"por ordem do governo, as pessoas tiveram que sair das suas zonas, foram indemnizadas e estas pessoas tinham o direito de escolher a zona para onde queriam ir, só que essas zonas não possuíam solos tão ricos como o regadio, consequentemente a produção era reduzida".*

Isto mostra que o avanço do plano de implementação do Colonato pelo governo era uma necessidade e as pessoas independentemente da sua vontade tinham que aderir procurando outras zonas para o exercício das suas actividades ou aceitando a assimilação.

Os utentes do colonato dividiam-se em dois grupos<sup>71</sup>: os colonos e os agricultores em fruição de gleba. Aos colonos eram atribuídas casas de habitação tipo 3, mobiladas, estábulo para a guarda de animais e de instrumentos de trabalho, uma área irrigada com 4 hectares e 24 hectares de terra de sequeiro, gado e subsídio alimentar no primeiro ano de instalação. Beneficiavam também de assistência médica gratuita e de assistência técnica nos trabalhos agrícolas.

Os agricultores em fruição de gleba eram famílias moçambicanas, que tiveram acesso ao colonato como colonos de segunda categoria. A estes, embora lhes fossem atribuídas as mesmas condições que os portugueses, havia limitações em relação à posse de terra que lhes era atribuída pois só recebiam 2 hectares no regadio<sup>72</sup>.

Os moçambicanos, primeiro passavam por uma fase experimental de 2 hectares e consoante a sua produção, podiam requerer mais terras. Os colonos, assim como os agricultores em fruição de gleba, estavam sujeitos a obrigações contratuais para reembolsar

---

<sup>70</sup> Entrevista com David Mandlate, Lionde, 12 de Abril de 2005.

<sup>71</sup> Almeida, 1970:131

<sup>72</sup> Lopes, 1968:124

as facilidades que tinham sido postas ao seu dispôr<sup>73</sup>. Estas obrigações contratuais<sup>74</sup>, constituíam limitações de ordem cultural ao ingresso dos negros no colonato, uma vez que, estes tinham que assinar contratos e isso era confundido com o trabalho forçado (chibalo). Outro factor é que, para os mesmos serem admitidos no Colonato, deviam ser assimilados e na legislação, o assimilado não podia ter mais que uma mulher, o que entrava em choque com a cultura moçambicana, pois que, tradicionalmente o homem moçambicano do Sul do País era polígamo.

Os primeiros negros a serem admitidos no colonato foram os donos da terra que, vendo os benefícios aceitaram a assimilação, como também diziam ser monógamos. Mas, tal não era verdade pois que mais tarde se verificou que, *“para poderem se integrar no colonato apenas vieram com as primeiras esposas (nkossikaazi) deixando as outras (2ª, 3ª ou mais), nas suas povoações de origem*<sup>75</sup>. Apesar das assistentes sociais em serviço na Brigada, persuadirem os camponeses a terem uma só esposa, nada se conseguia, uma vez que os maridos iam por algum tempo para as povoações e, ou, as mulheres vinham para a aldeia e trocavam-se (vindo uma e indo outra). Ficava assim patente a grande contradição entre família no sentido moçambicano e português e as consequências que isso acarretava na organização social que se pretendia.

Os empréstimos concedidos pelo estado deviam ser amortizados em prestações anuais pelo camponês<sup>76</sup>. Assim os agricultores contratados, tanto portugueses como moçambicanos, tinham obrigação de repor os investimentos recebidos, sendo na totalidade os empréstimos, mobiliários, subsídio alimentar, utensílios agrícolas e gado. De acordo com Salomão Munhangane Cossa<sup>77</sup>, *“os camponeses quanto às casas e terrenos, desembolsavam o equivalente a 60% do investimento dos imóveis. Os preços destas duas componentes eram: casa = 69.000S00, área = 24.000S00/ha”*,

---

<sup>73</sup> Hermele, 1986:58

<sup>74</sup> Vide anexo

<sup>75</sup> Entrevista com Alfredo Mucavel, Maputo, 21 de Abril de 2005.

<sup>76</sup> Lopes, 1968:183



Meque Mugadua por sua vez afirma que:

*“a forma de reembolso destes investimentos diferia de categoria: para os agricultores contratados era de 1/6 da produção total no final de cada campanha agrícola, pagando-se primeiro os empréstimos e depois os imóveis. Estes, após o pagamento dos valores dos empréstimos e imóveis, ficavam proprietários de tudo, incluindo casa e machamba. Os agricultores de fruição de gleba pagavam, pela utilização do regadio, 1/10 da sua produção no final de cada campanha agrícola. Os agricultores em fruição de gleba, não tinham direito de se tornarem proprietários dos bens, porque ainda se estava em regime provisório de regulamento de instalação do colonato, pois que, depois do regime definitivo se definiria qual seria a modalidade para todos”*.<sup>78</sup>

Como se pode depreender da afirmação supra, a diferenciação social manifestava-se pelo facto de os colonos embora só pagassem 1/6 da sua produção tinham direito aos bens como casa e machamba enquanto os agricultores em fruição de gleba pagavam 1/10 e não tinham direito de se tornarem proprietários dos bens.

Devido à instabilidade política vivida em Moçambique em 1974, colonos portugueses começaram a abandonar o país. Segundo Alfredo Mucavele<sup>79</sup>:

*“os colonos alegavam que com a chegada da FRELIMO, esta haveria de pegar nos agregados e separar as mulheres para um lado, os maridos para o outro para só se encontrarem quando o regime autorizasse. Os filhos, seriam metidos em kolkozos para lhes ser inculcado o comunismo e mandados para a URSS, China, Coreia e todos outros países comunistas. Os colonos não poderiam ficar à espera disso, pois não estavam dispostos a ser obrigados aos trabalhos colectivos”*.

Na opinião de Adam<sup>80</sup> os grandes comerciantes e proprietários tinham espalhado a propaganda segundo a qual a FRELIMO ia aproveitar-se de tudo, das mulheres, crianças, lojas, casas, gado. Por este motivo, os colonos preferiram abandonar o país.

---

<sup>77</sup> Entrevista com Salomão Munhangane Cossa, Conhane.5 de Abril de 2005.

<sup>78</sup> Entrevista com Meque Mugadua, Macarretane, 22 de Março de 2005.

<sup>79</sup> Entrevista com Alfredo Mucavel, Maputo.21 de Abril de 2005.

### 3.2 -A Questão da Posse de Terra

No início da década de 50, antes da construção do regadio de Chókwè, a população que habitava o local abrangido pelo projecto de irrigação foi obrigada a retirar-se da zona, indo ocupar as zonas de sequeiro. À medida que as obras de irrigação foram-se alargando, acompanhadas pela construção de casas, hospitais, escolas, cemitérios, mais famílias foram forçadas a retirar-se, contra sua vontade, dos locais por onde as obras seriam implantadas<sup>81</sup>.

Com a implantação do Colonato do Limpopo as relações de produção alteraram-se devido às mudanças nos critérios de acesso, posse e distribuição da terra. Novas estruturas passaram a controlar todo um processo antes nas mãos das autoridades tradicionais<sup>82</sup>. Valá, citando Manuel Teixeira Duarte, afirma que: a BTL indemnizou a população retirada do local no que diz respeito à habitação e outras benfeitorias, excluindo indemnizações pela terra porque a população local mais tarde viria a ocupar as terras irrigadas<sup>83</sup>. Com esta expropriação de terra por parte do governo português, a população mostrou-se infeliz com esta atitude, pelo facto de lhes ser retirada a melhor terra, pois esta tinha uma importância social e as indemnizações pagas pelo governo português não eram suficientes para garantir a produção agrária e a reprodução social a longo prazo.

Quanto à posse de terra no Colonato, apenas a BTFPL é que tinha competência de atribuir terras. Cada colono branco recebia 4 hectares de terra irrigada e mais 24 hectares de terras de sequeiro. Cada família colona recebia por cada filho um hectare de terra para além dos quatro atribuídos inicialmente e tinha como limite máximo 10 hectares. Os camponeses moçambicanos também tiveram acesso às terras do regadio, mas como agricultores em regime de fruição de gleba e tinham direito de explorar apenas 2 hectares, numa fase probatória<sup>84</sup>. Os agricultores em fruição de gleba estavam numa fase experimental, estes poderiam ascender e passar a colonos se mostrassem ser bons agricultores ou serem forçados a ter que sair do regadio se apresentassem maus resultados nas colheitas em anos consecutivos. A BTFPL ao fazer a distribuição de terras no colonato, fazia-o de uma forma diferenciada, atribuindo mais terra aos brancos em relação aos negros e entre negros atribuía

---

<sup>80</sup> Adam, 1997:5.

<sup>81</sup> Bowen, 1990: 14.

<sup>82</sup> Valá, 1995: 46.

<sup>83</sup> Valá, 1995:48.

mais terra aos assimilados que mostrassem ser bons produtores. Assim se reforçava o processo de diferenciação social marcando a diferença entre brancos e negros e entre estes promovendo uma atitude de servilismo.

Valá<sup>85</sup> afirma que a posse de terra no período do funcionamento do Colonato não deve ser vista de forma linear, uma vez que à medida que o tempo ia passando iam-se verificando alterações no sentido duma melhor adaptação aos interesses políticos, económicos e sociais do governo colonial. Assim, pode-se notar que no início do funcionamento do Colonato quem ocupava as terras do regadio eram apenas os colonos portugueses e agricultores em fruição de gleba e mais tarde devido às exigências práticas foram admitidos negros nas terras do regadio com o estatuto de colonos.

Tabela 1: Estrutura da ocupação da terra no regadio de Chókwè, em 1974

Grupo de ocupantes	Número de ocupantes	Área (HA)	Área média ( HA)
Colonos portugueses	968	8.273	8.5
Colonos moçambicanos (assimilados)	412	2.448	5.9
Moçambicanos em Regime de fruição de gleba	2.540	5.168	2.0
Total	3.920	15.889	4.0

Fonte: Valá, 1995:52.

Com estes dados, podemos observar que em 1974, o número de colonos portugueses no regadio era o dobro do número de camponeses assimilados, enquanto que os camponeses em fruição de gleba apresentavam-se em maior número em relação aos colonos e aos assimilados. Este facto, permite explicar que, no colonato existiu uma forte política de segregação, nem todos os camponeses moçambicanos que entrassem para o colonato deviam ser assimilados nem poderiam ter as mesmas condições que os colonos. O colonato ao admitir assimilados tinha em vista a criação de uma nova burguesia rural, aliada do governo

<sup>84</sup> Almeida, 1970: 131.

<sup>85</sup> Valá, 1995: 51.

português, é por isso que esta camada de assimilados tinha as mesmas condições que o colono. Enquanto que o acesso de camponeses ao regadio em regime de fruição de gleba tinha como objectivo “iludir a comunidade internacional com uma política aparentemente multiracial”<sup>86</sup>.

Quanto à ocupação da terra, pode-se notar que os colonos portugueses ocupavam uma área quatro vezes maior que os colonos assimilados. Os colonos portugueses sempre tinham maiores extensões de terra em relação a colonos assimilados e a moçambicanos em fruição de gleba. Entre negros, também notava-se uma profunda diferenciação em termos de ocupação da terra, onde os assimilados que eram em menor número de ocupantes no regadio possuíam maiores áreas. Os assimilados e os moçambicanos em regime de fruição de gleba em conjunto exploravam 7.616 hectares, uma área menor em relação aos colonos brancos que exploravam 8.273 hectares. Desta tabela, pode-se depreender que quem ocupava maiores extensões de terra eram os colonos portugueses seguidos de moçambicanos assimilados. Embora os moçambicanos em regime de fruição de gleba fossem em maior número, estes exploravam menor área no regadio.

É importante salientar que no Colonato existia diferenciação social entre negros, este facto notava-se pelo facto de alguns dominarem as técnicas de produção e poderem aumentar a sua produção. Com bons resultados na agricultura, o negro poderia requerer mais terra e obter mais apoios financeiros ao contrário dos que não dominavam as técnicas de produção. Neste sentido, os camponeses mais favorecidos pelo governo português eram os camponeses assimilados pois tinham certo nível de escolaridade, dominavam as técnicas de produção, apresentavam bons resultados nas suas colheitas. Para que um agricultor pudesse explorar melhor maiores porções de terra, e que para a sua produção tivesse garantia de mercado, este tinha que ter instrumentos de trabalho sofisticados, tinha que aderir às inovações tecnológicas e acima de tudo tinha que ter apoio em termos financeiros. Isto mostra que o domínio das técnicas de produção constituiu um forte factor de diferenciação social.

---

<sup>86</sup> Valá, 2004a) :10

### 3.3 Relação entre o Colonato e o Campesinato Local

A intenção inicial da Brigada Técnica do Limpopo era de misturar os africanos e os europeus numa mesma área residencial. A falta de sociabilidade entre os africanos e os europeus, constituiu uma barreira difícil de superar. Segundo Alberto Zacarias<sup>87</sup>:

*“alguns portugueses quando chegaram tinham a ideia de que os africanos eram selvagens e pobres sem nenhum recurso, só que na realidade, eles depararam com uma situação bem diferente, alguns moçambicanos eram abastados, tinha grandes extensões de terra e muito gado”.*

Para além dos diferentes hábitos culturais, o analfabetismo e a rudeza de alguns portugueses fazia com que a convivência entre africanos e europeus se tornasse ainda mais difícil. Na óptica de Raimundo Balói<sup>88</sup>:

*“os colonos vinham pobres e queriam vir subjugar os negros. Eles fomentavam a cobiça, invejavam os negros e fizeram tudo para prejudicar os negros. Por exemplo, quando um boi por descuido entrasse na machamba de um colono, o colono ia ao curral do negro tirar muitas cabeças de gado como forma de pagamento do estrago feito”.*

Os colonos frequentemente levavam o seu gado para a pastorícia nas terras dos negros e destruíam as culturas<sup>89</sup>. As famílias autóctones foram retiradas das suas áreas para cederem o lugar aos colonos, e isso provocou um conflito que segundo David Mandlate<sup>90</sup>:

*“os moçambicanos que tinham muitos hectares de terra, perderam as suas terras com a chegada dos colonos, sobretudo os que se recusaram a ser assimilados, enquanto os que aceitaram assimilar receberam apenas 2 hectares de terra no regadio”.* A ilustrar este facto existe o caso da família Chambal no Chókwè, que era de grandes agricultores e não quis entrar para o Colonato, como consequência disso perdeu as suas terras férteis e só recebeu a indemnização pela casa e foi marginalizada.

Segundo Valá<sup>91</sup>, a postura hostil dos camponeses moçambicanos em relação ao projecto do Colonato é que este seria um empreendimento para o benefício dos colonos que vinham de Portugal, uma vez que a população local foi expulsa das terras onde foi construído o regadio. Além disso, o campesinato encontrava dificuldades em trabalhar num sistema de regadio, porque só conheciam o cultivo de terras nas margens do rio. O campesinato estava

---

<sup>87</sup> Entrevista com Alberto Zacarias, Lionde, 12 de Abril de 2005.

<sup>88</sup> Entrevista com Raimundo Baloi, Macarretane, 24 de Março de 2005.

<sup>89</sup> Covane, 2001:227.

<sup>90</sup> Entrevista com David Mandlate, Lionde, 12 de Abril de 2005.

<sup>91</sup> Valá, 2004a) : 6.

descontente, porque a BTL para além de lhes ter expulso das suas terras, cortou-lhes o acesso ao rio Limpopo, criando sérios problemas de acesso à água para o seu consumo e para o gado. Face a este descontentamento, muitos moçambicanos optaram por ir trabalhar para as terras do Rand.

O nível de escolaridade foi um dos factores que contribuiu para que houvesse diferenciação social entre negros no colonato. Os moçambicanos não eram escolarizados, não tinham conhecimentos nem hábitos de como trabalhar num sistema de regadio e isto fazia com que eles se tornassem renitentes em acatar as orientações dos técnicos da Brigada. Os que tinham um nível básico de escolaridade (3ª classe rudimentar) aceitavam as orientações dos técnicos e viram a sua produção aumentar. Com o aumento e comercialização da sua produção, estes podiam adquirir novas parcelas de terra, gado e instrumentos de trabalho. O trabalho migratório não teve tanta importância no perímetro irrigado, uma vez que a BTL fornecia apoio a todos os níveis aos seus utentes.

Como podemos observar, com a instalação do Colonato no vale do Limpopo, muitos moçambicanos sofreram uma expropriação de terra a favor dos colonos brancos vindos de Portugal. Estes moçambicanos perderam as suas terras que era o único meio de sustento e base da reprodução social. No entanto, para que um moçambicano pudesse ter direito a terra no vale, tinha que ser assimilado e viver na aldeia do Colonato. A distribuição de terra no Colonato era feita de uma forma diferenciada. Todos os habitantes do Colonato, tanto brancos como negros tinham as mesmas facilidades na obtenção do crédito, enquanto os que se recusavam a ir viver para as aldeias do Colonato tinham grandes dificuldades na obtenção do crédito.

Quanto a relação entre o Colonato e o campesinato local, pode-se dizer que foi uma relação conflituosa, a falta de sociabilidade entre os africanos e os europeus constituiu uma barreira difícil de superar, embora se preconizasse que no processo de produção surgiria novo tipo de relação social. Os diferentes hábitos culturais, o analfabetismo e a rudeza de alguns portugueses fazia com que a convivência entre africanos e europeus se tornasse ainda mais difícil, esta convivência difícil era agudizada pelo espírito nacionalista que ia emergindo. É de referir que também entre negros havia conflitos e estes tinham como fundamento o

diferente nível de escolaridade. Os que possuíam alguma escolaridade eram criticados por serem dóceis, pelos seus irmãos que não aceitavam a assimilação.

Apesar dos aspectos negativos mencionados ao longo do texto referentes à instalação do Colonato, de um modo geral pode-se dizer que a instalação do Colonato no vale do Limpopo, teve um impacto positivo na região, uma vez que criou infra-estruturas sócio-económicas para o benefício da população local. Assim pode-se dizer que a população que aderiu ao colonato beneficiou de uma progressiva elevação do seu nível de vida, devido à utilização de meios postos à sua disposição, o que permitiu um aumento de rendimento e de poder de compra.

## **CAPITULO IV – DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO RURAL NO PERÍODO SOCIALISTA, 1975-1986**

No presente capítulo aborda-se a questão da diferenciação social e transformação rural no período pós-independência-socialista. Pretende-se demonstrar que com a independência alcançada e com a estratégia de desenvolvimento socialista que previa acabar com a exploração do homem pelo homem e melhorar a situação social e económica do campesinato, o problema da diferenciação social se mantinha e manifestou-se principalmente nas aldeias comunais.

### **4.1 - O Período de Transição**

Em 1974, deu-se um rápido processo de desorganização da vida económica em Moçambique. Foi nesta desorganização económica que o governo de transição, liderado pela FRELIMO, assumiu o poder a 20 de Setembro de 1974. Neste período, o governo teve como objectivo fundamental quebrar as condições de reprodução da sociedade tradicional<sup>92</sup> e alterar a situação vivida no período colonial. De acordo com Serra<sup>93</sup>, o governo ao quebrar as condições de reprodução da sociedade tradicional não foi capaz de fornecer uma alternativa eficaz, às necessidades reprodutivas dos camponeses que eram satisfeitas no quadro destas.

Quando o governo de transição assumiu o poder, deparou com um caos económico. A nível da região do Chókwè, muitos colonos e comerciantes abandonaram a região, devido à instabilidade política. A partida destes colonos, originou quebra nos rendimentos da agricultura e um colapso nos sistemas de comercialização agrícola, nos quais aqueles operavam, assim como dos sistemas de abastecimento de insumos agrícolas e equipamento, sobressalentes e assistência técnica<sup>94</sup>.

Para o campesinato, a partida dos colonos significou também, uma quebra no escoamento dos excedentes agrícolas. Neste período, a produção camponesa comercializada decaiu cerca

---

<sup>92</sup> Serra, 1991:571

<sup>93</sup> Serra, 1991:571

<sup>94</sup> Bowen, 1990:8



de 60%<sup>95</sup>. Nesta altura cresceu o interesse de moçambicanos alargar as suas áreas através da ocupação das terras irrigadas deixadas pelos colonos.

Devido à fuga de colonos, em Julho de 1975, a FRELIMO tomou as seguintes decisões: não foi permitida a entrada de novos colonos no colonato, a todos os camponeses que queriam entrar em fruição ser-lhes-ia permitido ocuparem apenas dois hectares por família ou um hectare em relação a viúvas e divorciadas, para além disso, não seriam aprovados pedidos para aquisição ou aluguer da terra<sup>96</sup>. Esta medida previa “congelar” a situação da terra no Colonato e aguardar novas decisões políticas, uma vez que o governo não tinha em vista acções a empreender para incrementar a produção. O governo não satisfazendo o pedido dos camponeses, fez com que estes fizessem a sua própria reforma agrária<sup>97</sup>, que consistiu na ocupação desorganizada da terra no perímetro irrigado.

Face à crise vivida neste período, o governo da FRELIMO adoptou uma política que era a continuação da estratégia de desenvolvimento das experiências nas zonas libertadas. Esta estratégia consistia na transferência para o nível nacional, de uma experiência que tinha realizado em condições específicas de guerra. A estratégia de desenvolvimento rural estava orientada em dois eixos: as aldeias comunais e o sector estatal<sup>98</sup>. Esta estratégia, traçada pela Frelimo, realçava a necessidade de um desenvolvimento socialista que não promovesse a exploração do homem pelo homem.

Sendo assim, o novo governo, procedeu à nacionalização de todos os sectores privados existentes. Segundo António Margarido<sup>99</sup> *“as propriedades e plantações abandonadas pelos colonos, foram nacionalizadas e transformadas em machambas estatais e em cooperativas, depois das nacionalizações não havia necessidade de créditos individuais uma vez que o Estado precisava de gente para trabalhar nas machambas do Estado”*. Os camponeses não gostaram da medida tomada pelo governo porque, estes pensavam que agora livres do colonialismo português, poderiam ocupar novamente as suas terras. O governo da

---

<sup>95</sup> Bowen, 1990: 8.

<sup>96</sup> Hermele, 1986: 62.

<sup>97</sup> Valá, 1995:44

<sup>98</sup> Casal, 1995:13

<sup>99</sup> Entrevista com António Margarido, Lionde, 15 de Abril de 2005.

FRELIMO voltou a expropriar-lhes a terra, nacionalizando-a. Mas, no entanto, o governo não nacionalizou as grandes machambas que estavam a ser bem exploradas.

A medida tomada pelo governo, previa acabar com a burguesia rural na região do Chókwè, enquanto o governo nacionalizava as terras do regadio que estavam sub-aproveitadas, os camponeses que tinham grandes extensões de terra continuavam a explorar as suas propriedades. Os camponeses que tinham visto as suas terras subaproveitadas, descontentes estes migraram para as áreas de sequeiro, onde não havia uma porção limite para aquisição de terra, continuando a desenvolver as suas actividades, tornando-se assim verdadeiros burgueses do campo. Portanto, nesta região as políticas do governo não vieram acabar com a diferenciação social mas sim acentuar, pois os que estavam no regadio continuaram a produzir mais e melhor em relação aos camponeses que foram para o sequeiro.

#### **4.2 A Lógica da Transformação Rural de Orientação Socialista**

A estratégia desenvolvida pela FRELIMO, requeria a mobilização e a organização do povo em aldeias comunais, machambas estatais e cooperativas. Assim, aquando da realização do IIIº Congresso em 1977, a Frelimo salientou que a agricultura seria a base da estratégia de desenvolvimento de Moçambique. Reafirmou, não só que a transformação da sociedade rural se deveria realizar por meio da organização dos camponeses dispersos em aldeias comunais, assim como, a reestruturação das actividades produtivas em moldes colectivos, através de cooperativas e machambas estatais<sup>100</sup>. Logo, este Congresso deu larga prioridade às machambas estatais que deveriam ser desenvolvidas recorrendo a tecnologias avançadas, com objectivo de aumentar o mais rápido possível o abastecimento alimentar às cidades e produzir culturas de exportação. A mecanização das machambas estatais fazia parte de um sonho de modernização rápida que os dirigentes do país tinham nos primeiros anos da independência.<sup>101</sup>

Em 1977, ocorreram cheias no rio Limpopo, o governo evacuou a população ameaçada das áreas inundadas, colocando-a em novas aldeias comunais estabelecidas em terras altas. Segundo conta o nosso entrevistado Raimundo Baloi<sup>102</sup>:

---

<sup>100</sup> Bowen, 1990:9

<sup>101</sup> Abrahamsson e Nilsson, 1994:37-38.

<sup>102</sup> Entrevista com Raimundo Baloi, Macarretane, 24 de Março de 2005.

*“ na altura das cheias, houve uma campanha de sensibilização para que o povo fosse habitar nas aldeias comunais, os que faziam as campanhas explicavam as vantagens de ir viver numa aldeia comunal explicavam por exemplo que na aldeia havia escola, hospital, água perto, com estas vantagens o povo acatou com ânimo e aderiu em massa. Com o passar do tempo, as pessoas foram desistindo de viver nas aldeias porque em muitas aldeias ainda não havia estas infra-estruturas prometidas na campanha de sensibilização, e também pelo facto das machambas familiares ficarem distantes das aldeias, sem machamba perto como é que uma pessoa iria viver, se era da machamba que o camponês sobrevivia? ”.*

Como podemos notar, os camponeses aderiram à política de socialização do campo com um voluntarismo nacionalista, porém, com o passar do tempo, estes camponeses observaram que apesar das aldeias terem hospitais e escolas perto, esta política colocou em segundo plano as machambas familiares. Isto foi um motivo forte para que o povo abandonasse as aldeias comunais. Essas aldeias, segundo Bowen (1990), revelaram-se mal planeadas, na medida em que não tinham garantidos abastecimentos de água suficientes para satisfazer as necessidades da agricultura e das famílias, pois eram grandes as distâncias a percorrer entre as residências e os campos agrícolas familiares ou colectivos<sup>103</sup>.

A população do Chókwé, ao ser levada para as terras altas onde estavam instaladas as aldeias comunais, estava proibida de regressar às suas terras no vale. Se a população se recusasse a aderir às aldeias comunais, estavam previstas “ medidas administrativas” para forçá-los a tal<sup>104</sup>. Com a proibição do retorno dos camponeses às terras abandonadas pelos portugueses, o Governo reverteu estas mesmas terras para as mãos do CAIL<sup>105</sup>, que havia sido criado na sequência das directivas económicas e sociais aprovadas no IIIº Congresso da FRELIMO. Assim os agricultores foram forçados ou a trabalhar como assalariados nas terras do CAIL ou a abandonar a região. Contudo, a prestação desses agricultores não podia ser das melhores uma vez que lhes tinha sido expropriada a terra e eram obrigados a trabalhar nela não como donos mas como assalariados. Esta barreira psicológica também se manifestou no desempenho dos camponeses nas cooperativas de produção, uma vez que tinham sido libertos

---

<sup>103</sup> Bowen, 1990:15/16

<sup>104</sup> Hermele, 1986:64.

<sup>105</sup> Valá, 1995:57/58

para serem autónomos e não para trabalharem para outrem. Assim se explica o abandono de alguns camponeses para outras regiões a fim de desenvolverem outras actividades.

### **4.3 A Socialização do Campo**

Após a independência, a FRELIMO tinha como estratégia de desenvolvimento rural a organização colectiva da produção, esta seria fruto da concentração das populações rurais em aldeias comunais<sup>106</sup>.

Estas aldeias comunais tinham o objectivo de acabar com a dispersão da população rural, pois esta impedia o seu desenvolvimento, uma vez que não permitia a criação de infraestruturas. Um segundo argumento era o de promoção do desenvolvimento da produção colectiva para o nascimento de novas formas de relações sociais no campo.

A organização da população em aldeias comunais veio contradizer o modo de vida tradicional da população. A população sentia-se muito limitada para realizar as suas actividades uma vez que, o espaço era delimitado. Esta desestruturação do modo de vida tradicional acarretou graves prejuízos à produção familiar<sup>107</sup>. Esta produção familiar constituía a base sócio-económica e garantia a reprodução material dos camponeses.

Com a desestruturação do modo de vida tradicional, fica bem patente que o Estado favorecia a produção colectiva em detrimento da produção familiar, "com as machambas familiares a ocuparem, na planificação da aldeia, as terras mais distantes, e de pior qualidade do que as machambas colectivas"<sup>108</sup>. O governo ao não promover a agricultura familiar, considerava esta, um obstáculo ao desenvolvimento e à modernização do sector da agricultura, enquanto que esta agricultura familiar mesmo em crise continuava a suportar os encargos da reprodução material dos camponeses e da mão de obra empregue no sector cooperativo. A FRELIMO ao adoptar o sistema das aldeias comunais e das machambas estatais tinha em vista acabar com a classe de pequenos burgueses rurais e minimizar o problema da diferenciação social.

---

<sup>106</sup> A 8ª sessão do Comité Central da Frelimo, realizada em Fevereiro de 1976, concluiu que as aldeias comunais enquanto unidade organizada da produção rural deve constituir o quadro social do desenvolvimento futuro do campesinato (Araújo, 1988:185).

<sup>107</sup> Florêncio, 1994:145

Se por um lado, o negligenciamento do sector familiar foi prejudicial à política agrícola no período pós-independência, por outro, o maior apoio às machambas estatais trouxe resultados inesperados para o País. As machambas estatais apresentavam uma produção estagnada. Segundo os nossos entrevistados, *"o fraco rendimento das machambas estatais devia-se à falta de planificação, boa gestão e capacidade administrativa. Por exemplo, o CAIL foi um bom projecto, deu emprego a muita gente. Foi um projecto muito ambicioso, importou-se máquinas e tecnologias, mas a fraca formação técnica dos trabalhadores, a má gestão e falta de planificação levou a que este projecto gigante falisse"*.<sup>109</sup> Por sua vez, Margarido<sup>110</sup> afirma que, *"o CAIL só trouxe despesas ao país, devido a falta de gestão e não trouxe benefícios à população"*.

O Estado pretendia que o sector familiar não se desenvolvesse, pelo facto deste ter um rendimento baixo. Assim, neste período, houve uma falta total de apoio à produção do sector familiar em formas de sementes, enxadas e bens de consumo como açúcar, sabão e sal que no tempo colonial eram obtidos através da rede de cantinas rurais. De acordo com as entrevistas, houve conflitos pela posse de terra em redor das aldeias comunais, isto é, existiam cada vez mais famílias que se encontravam numa situação de dificuldade, em relação ao acesso à terra perto das aldeias e que, por esse motivo, se encontravam numa situação de dependência em relação às famílias que detinham essas terras ao redor das aldeias, reforçando deste modo a diferenciação social.

Com a estratégia de socialização do campo, o Estado decidiu não conceder créditos individuais, uma vez que este precisava de camponeses para trabalharem nas machambas do Estado. Com o intuito de acabar com o sector familiar, segundo as nossas entrevistas, o Estado concedia créditos apenas às machambas estatais e as cooperativas. É importante realçar que no período pós-independência, a rede creditícia foi destruída, com o fim dos cantineiros, dos industriais de descasque de arroz bem como a caixa de crédito agrícola. Estas instituições podiam ser alternativa ao Estado na concessão de créditos ao campesinato.

---

<sup>108</sup> Araújo, 1986:70.

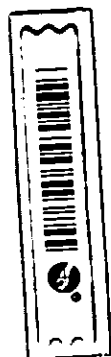
<sup>109</sup> Entrevista com Roberto de Noronha, Massavasse, 4 de Abril de 2005 e Fabião Cuna, Macarretane, 22 de Março de 2005.

<sup>110</sup> Entrevista com António Margarido, Lionde, 15 de Abril de 2005.

Surgiu assim, um processo de desigualdade social, que foi marcado pela existência de famílias que tiveram que recorrer ao trabalho assalariado nas terras das famílias abastadas. Face a esta situação, a condição de vida do campesinato deteriorou-se. Pode-se dizer que, quem conseguiu sobreviver e tirar vantagens da agricultura foi quem possuía proventos do trabalho migratório, que constituiu factor de diferenciação social.

De um modo geral pode-se dizer que a política de socialização do campo não contribuiu para melhorar a vida do campesinato, apesar do Governo ter posto à disposição da população infra-estruturas como hospitais e escolas, mas socialmente o campesinato não estava equilibrado, uma vez que foi-lhe expropriada a terra, não tinha instrumentos de trabalho nem acesso ao crédito e era marginalizado. No entanto, este campesinato para melhorar o seu nível de vida, teve que recorrer ao trabalho assalariado e principalmente ao trabalho migratório, onde com os salários podiam adquirir novos implementos agrícolas.

Como podemos constatar ao longo do capítulo, a estratégia de desenvolvimento traçada pela FRELIMO de concentrar a população em aldeias comunais fez surgir um processo de diferenciação social que foi marcado pela existência de famílias que tiveram que recorrer ao trabalho assalariado nas terras das famílias abastadas e pelo facto de não existir terra em redor das aldeias comunais, muitos camponeses ficaram dependentes das famílias que detinham terras ao redor das aldeias comunais e no trabalho migratório, que com os proventos do trabalho migratório, muitos camponeses conseguiam desenvolver a prática agrícola



Esta política de socialização do campo, de certo modo não veio melhorar a vida do campesinato, apesar de algumas aldeias terem infra-estruturas ao dispôr da população. Esta política de socialização veio incrementar um processo de diferenciação social na região, assente no trabalho assalariado nas terras de famílias abastadas e no trabalho migratório, que com os proventos do trabalho migratório, muitos camponeses conseguiam desenvolver a prática agrícola. Apesar da política de socialização do campo prever acabar com a exploração do homem pelo homem e promover a igualdade social, esta política de socialização teve um efeito contrário, acentuando a diferenciação social. Para alterar esta situação de dependência entre camponeses no Chókwè o governo introduziu novas reformas.

#### 4.4 - O IV Congresso da FRELIMO e a Transformação Rural

Devido ao insucesso das machambas estatais, o governo procedeu a mudanças no modelo de desenvolvimento rural. Estas mudanças ocorreram no âmbito do IVº Congresso do partido FRELIMO realizado em 1983, onde algumas das grandes empresas estatais foram desmembradas em unidades mais pequenas, como foi o caso do CAIL e, parte das terras ocupadas por essas empresas estatais foram entregues ao sector familiar e ao sector privado.

“O IVº Congresso reconheceu o potencial de desenvolvimento dos pequenos e médios agricultores na produção e comercialização agrária”<sup>111</sup>. O governo apercebeu-se de que a política de socialização não surtia efeitos positivos, então preferiu apostar desta vez na agricultura familiar, uma vez que esta conseguia sobreviver sem ajuda do Estado, assim segundo as novas diretrizes da Frelimo para a agricultura, deviam ser realizadas acções, no sentido de permitir um maior acesso aos instrumentos agrícolas e bens de consumo pelas famílias camponesas<sup>112</sup>. Esta mudança de política introduzida no IVº Congresso que apelou a um maior apoio à agricultura familiar permitiu que o sector familiar que até então tinha sido negligenciado fosse priorizado.

No âmbito da transformação rural, o IVº Congresso trouxe novas diretrizes para a agricultura no sentido de as famílias camponesas terem acesso aos instrumentos agrícolas e bens de consumo, as empresas estatais seriam divididas em unidades mais pequenas, além disso seriam distribuídas terras do sector estatal às famílias camponesas sem terra e aos camponeses privados que provassem ter capacidade para o efeito.<sup>113</sup> Segundo as directivas elaboradas pelo IVº Congresso, deviam ser realizadas acções no sentido de as famílias camponesas terem acesso aos instrumentos agrícolas e bens de consumo necessários.

O Governo ao reconhecer o sector familiar como um alavanca para o desenvolvimento da agricultura, abandonava o pensamento de que ao apoiar o sector familiar, este tornar-se-ia numa força classista e inimiga do desenvolvimento do País. No entanto, este novo posicionamento não foi acompanhado por outras medidas tais como reposição da rede creditícia, vias de acesso, etc, com vista a operacionalizar o sistema de produção familiar.

---

<sup>111</sup> Valá, 2004b) :26

<sup>112</sup> Abrahamsson e Nilsson, 1994:221.

Face à mudança de política, verificou-se que em 1983, foram distribuídos mais de 26000 hectares de terra de regadio para o sector estatal, familiar, privado e cooperativo. "Os agricultores privados foram estabelecidos de acordo com a capacidade agrícola, experiência e propriedade sobre meios de produção (animais, charruas, tractores, bombas de água), foram também considerados os agricultores que tinham sido colonos ou estavam em período probatório no Colonato. Além disso, também receberam terras alguns agricultores portugueses que permaneceram no local após a independência"<sup>114</sup>. No processo de distribuição de terras, no seio do campesinato, houve grandes disputas pela obtenção das melhores parcelas de terras, de fácil irrigação e de melhor drenagem.

"As mudanças de política agrária, formuladas no IVº Congresso, não devem ser encaradas como uma mudança na formulação política da Frelimo. Mas sim, devem ser analisadas como uma tentativa de reformulação e de reajustamento dessa mesma política, devido à crise económica e às acções da Renamo que se faziam sentir no país a partir de 1982"<sup>115</sup>. De facto, as novas políticas formuladas no IVº Congresso ao priorizarem o sector familiar não deixam de continuar a perseguir o objectivo da necessidade de modernização do sector agrário.

Na agricultura, a mudança de política económica trazida pelo IVº Congresso travou qualquer alargamento do sector das machambas estatais, abriu caminho à "reorganização e consolidação" das mesmas e orientou as empresas estatais agrárias a concederem apoio aos sectores cooperativo, familiar e privado que até então tinham sido negligenciados a favor das machambas estatais.<sup>116</sup>

Assim as reformas do IVº Congresso constituíram uma tentativa para corrigir os erros das anteriores políticas económicas governamentais, e uma tentativa para estancar a crise económica.<sup>117</sup> As reformas do governo adquiriram coerência em 1987 com a adopção do PRE. Este programa deu grande prioridade à agricultura, devido à sua importância na vida económica e social do país.

---

<sup>113</sup> Abrahamsson e Nilsson, 1994:221

<sup>114</sup> Bowen, 1990:18.

<sup>115</sup> Florêncio, 1994:137

<sup>116</sup> Roesch, 1992:6-8



## **CAPÍTULO V – DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO RURAL NO PERÍODO CAPITALISTA, 1987- 1991**

No presente capítulo aborda-se a questão da diferenciação social e transformação rural no período capitalista. Pretende-se demonstrar que apesar do governo ter abandonado a estratégia de desenvolvimento socialista e ter introduzido à nível nacional a estratégia de desenvolvimento capitalista, que reconhecia a importância da actividade do campesinato, o problema da diferenciação social e transformação rural não melhorou e foi incrementado pela posse diferenciada de terra, pela ajuda prestada pelas ONG"s, pelo trabalho migratório e pelo aluguer de instrumentos de trabalho e de terra.

### **5.1 - O Impacto do PRE no Campesinato do Chókwè**

Entre 1983 e 1986, o Estado moçambicano transferiu recursos do sector estatal para o privado e o apoio estatal foi sendo concentrado nas maiores unidades produtivas não estatais (camponeses ricos e pequenos capitalistas agrários), em nome do combate à fome, através da mobilização dos produtores mais activos<sup>118</sup>. O governo da FRELIMO com objectivo de levar avante o programa de desenvolvimento agrário, abandonou a estratégia socialista e investiu no sector privado que possuía maiores unidades de produção. Em 1985, Moçambique aderiu ao sistema do Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Nesse mesmo ano, foi iniciada a privatização de empresas sob propriedade ou intervenção do Estado, foram reformulados os programas de reabilitação e desenvolvimento rural, passando a prioridade para o sector privado e para o campesinato mais próspero<sup>119</sup>.

Em 1987, entrou em vigor o Programa de Reabilitação Económica e a partir de 1991, este programa passou a denominar-se PRES, com a integração da componente social. Os objectivos essenciais do PRE/ PRES, em relação à agricultura, eram recuperar a produção mercantil e os circuitos comerciais, de modo a atingir, em 1990, os níveis de produção comercializada de produtos alimentares e de exportação de 1981. Para realizar estes objectivos, o programa propunha-se reforçar o papel do sector privado, reformular a política de preços e garantir a alocação dos factores de produção pelos mecanismos de mercado<sup>120</sup>.

---

<sup>117</sup> Valá, 2004b) :31.

<sup>118</sup> Castel- Branco, 1994:65.

<sup>119</sup> Castel-Branco, 1994:66

<sup>120</sup> Castel-Branco, 1994:65/66.

Com a introdução do PRE em 1987, resultante do fracasso das estratégias socialistas adoptadas, a valorização da iniciativa privada e o reconhecimento da importância da actividade dos camponeses, contribuíram para a criação de facilidades financeiras através de ajuda de ONG's. Na área do Chókwè, o apoio externo veio do USAID e foi exclusivamente para o sector privado, enquanto que os países nórdicos apoiaram os centros de extensão para o sector camponês<sup>118</sup>. Apesar dos documentos apontarem que o apoio prestado pelas ONG's vai tanto para o sector privado, bem como para o familiar, na prática o apoio das ONG's concentrou-se ao nível do sector privado. Nesta região, as ONG's centralizaram o seu apoio ao sector privado e a alguns camponeses que apresentavam um nível de produção elevado comparado à produção do sector privado, ignorando desta forma o camponês pobre. "As prioridades de orientação impostas pelo mundo exterior reforçaram o processo de diferenciação social ao canalizar o apoio ao sector com mais potencialidade para acumular – os privados".<sup>119</sup>

Para melhorar os níveis de produção, o Governo concluiu ser necessário envolver os camponeses dos sectores privados e familiar na economia nacional. Por isso, na implementação do PRE, o governo tomou as seguintes medidas:

- Introdução da política de preços e comercialização que incentivassem a produção.
- Introdução de incentivos que mobilizassem uma maior contribuição do sector privado na produção e comercialização;
- Melhoria de aprovisionamento de recursos para os produtores familiares;
- Reestruturação das empresas estatais contemplando a distribuição de áreas excendentárias aos produtores familiares e privados<sup>120</sup>.

As medidas preconizadas pelo PRE destinavam-se a incentivar a produção nas zonas rurais que, para além de se destinar ao consumo interno, visava promover as exportações agrícolas. Com estas medidas, o PRE tinha em vista facilitar o processo de produção e comercialização agrária sobretudo para os sectores privados e familiar, uma vez que concluiu-se que grande parte da produção rural provinha destes sectores. Na realidade, o

---

<sup>117</sup> Castel-Branco, 1994:65/66.

<sup>118</sup> Hermele, 1986:74

<sup>119</sup> Hermele, 1986:75

<sup>120</sup> Ministério da Agricultura, 1990:13.

Telma Lina R.S.Ferreira (2005). Diferenciação social e transformação rural no Campesinato de Chókwè (1954-1991).

PRE só veio facilitar a produção e comercialização do sector privado, uma vez que, era este sector que se apresentava com capacidade de produzir e possuía apoios em termos financeiros. Novamente a política da FRELIMO veio negligenciar a participação do campesinato no processo de desenvolvimento rural, não capacitando este em termos financeiros e de instrumentos de trabalho.

No campesinato de Chókwè, o PRE teve um efeito marcante no nível de vida, uma vez que, houve uma subida de preços que conduziram a uma queda significativa do poder de compra. Face esta situação, nesta região, verificou-se uma procura desenfreada de terra arável, por parte de famílias urbanas, nas zonas agrícolas a fim de cultivar alimentos que já não conseguiam comprar. O PRE, baixou o nível de vida dos camponeses, foi um período de "apertar o cinto", estas dificuldades foram atenuadas pela UDA<sup>121</sup>. O PRE apenas beneficiou aos agricultores privados. Segundo Valá<sup>122</sup>, neste período o dualismo económico e social aprofundou-se e a atribuição de recursos continuou centralizada e concentrada. O PRE deu início a um novo período da história de desenvolvimento rural no Moçambique pós-independência, o período do pós- socialização<sup>123</sup>.

É importante realçar que no PRE, houve reorientação política priorizando o apoio aos sectores privado e familiar. No entanto, este apoio não foi efectivo pois não se teve em conta as unidades creditícias. Com efeito sendo as cantinas as fontes de crédito para os camponeses e não se reabilitando estas unidades económicas, os camponeses não tinham possibilidades de adquirir crédito e muito menos de comercializar os seus produtos. Portanto não é possível apoiar o camponês sem desenvolver todo o sistema de produção e comercialização em que o camponês deve estar inserido.

Em, 1989, no Vº Congresso da Frelimo, o Estado reconheceu a necessidade de alienar as machambas estatais. Este processo de alienação ou privatização começou em 1990. Hoje, não existe nenhuma machamba estatal. As terras que integravam este sector foram na sua maioria entregues aos produtores do sector privado e aos do sector familiar. É importante realçar que esta estratégia que tinha um apoio das instituições e representantes dos doadores

<sup>121</sup> Entrevista com David Mandlate, Lionde, 12 de Abril de 2005.

<sup>122</sup> Valá, 2004b) :33.

internacionais também falhou, uma vez que apresentou mais de metade da população abaixo da pobreza absoluta e um dos índices de desenvolvimento mais baixos do mundo.

### **5.2 - O Vº Congresso da FRELIMO e a Mudança de Política**

O Vº Congresso realizado em 1989, marca o final da estratégia de desenvolvimento rural da Frelimo, nos moldes em que foi definida desde o seu IIIº Congresso. Assim a partir de 1989, a estratégia de desenvolvimento tinha como único pressuposto em termos de política agrária, o desenvolvimento da produção de bens alimentares. Neste âmbito, o Congresso reconheceu maior eficácia ao sector familiar e privado<sup>127</sup>.

A política agrária da Frelimo, baseada na prioridade da produção de bens alimentares e no desenvolvimento do sector familiar e privado, assentou no estabelecimento de um novo programa de reconstrução e de estabilização, das condições de produção no universo rural, o PDP (Programa de Distritos Prioritários). O objectivo do programa era, restabelecer nos distritos cujas características possibilitassem a dinamização da produção, os níveis de produção verificados em 1981. Em 1991, o Estado apresentou um novo programa, o PRN (Programa de Reconstrução Nacional) que preconizava o alargamento ao nível nacional do PDP<sup>128</sup>. Face a estas mudanças de políticas, o campesinato continuou a ser esquecido e o processo de diferenciação social ia-se acentuando<sup>129</sup>. É importante salientar que esta estratégia de desenvolvimento da FRELIMO não trouxe prosperidade económica no seio do campesinato, uma vez que estas estratégias de desenvolvimento não tinham em consideração a realidade heterogênea do campesinato.

O facto das políticas de desenvolvimento traçadas pelo governo, não irem de encontro com as necessidades do campesinato, muitos camponeses “abandonaram” a prática agrícola, passando a dedicar-se ao trabalho migratório para a África do Sul. Apesar dos salários das minas não constituírem apenas um suplemento do rendimento da agricultura, serviam também para adquirir novos implementos agrícolas, como charruas, enxadas, arados, motobombas e gado. Actualmente são poucas as famílias que ainda fazem este tipo de

---

<sup>127</sup> Florêncio, 1994:137

<sup>128</sup> Florêncio, 1994:138.

<sup>129</sup> Florêncio, 1994:138.

investimentos, muitas preferem alocar o seu dinheiro em pequenos negócios, como investir em transportes semi-colectivos e abrindo barracas.

A migração no Chókwè é mais notável nos jovens e adultos com idades compreendidas entre 20 e 29 anos. O motivo da emigração tem sido, o facto de alguns indivíduos reconhecerem que há possibilidade de arranjar um emprego e melhorar a sua condição de vida fora do distrito. Na área de estudo, os entrevistados indicaram a falta de emprego como a causa fundamental da migração. As frequentes idas à África do Sul, permite que alguns indivíduos modifiquem as características físicas das suas habitações, deixam de usar material precário<sup>130</sup> passando a usar material convencional<sup>131</sup> para a construção das suas habitações.

Após o Vº Congresso, na região do Chókwè verificou-se um acesso privilegiado na posse de terra, pois o Estado atribuía a terra de uma forma criteriosa. O processo de distribuição foi dirigido e coordenado por membros do partido e funcionários do governo de Chókwè, em colaboração com secretários dos bairros. Os entrevistados explicaram que os camponeses que receberam terras no Chókwè foram camponeses que vivem exclusivamente da agricultura; naturais de Chókwè com ou sem outras actividades económicas; residentes nascidos noutras áreas mas que querem trabalhar a terra e possuem os meios de produção para o fazerem. Para além de critérios oficiais de redistribuição de terras, parece haver outros critérios locais. Alguns dos factores que influenciam essa redistribuição são uma combinação complexa de relações de parentesco, ligações políticas e o estatuto económico e social do indivíduo na comunidade<sup>132</sup>. Todos entrevistados são unânimes ao afirmarem que esta distribuição esteve a favor do que até há pouco era apenas uma elite administrativa e política, ignorando desta maneira o campesinato.

---

<sup>130</sup> Casas construídas com material precário-são casas de capim sem nenhum tipo de reboque.

<sup>131</sup> Casas de alvenaria, construídas com cimento e com cobertura de chapas de zinco.

<sup>132</sup> Bowen, 1990:25.



Fig 1: terras irrigadas que o governo distribuiu ao campesinato

O governo fez uma redistribuição de terras ao sector privado e familiar. Com as terras a maior parte do campesinato foi forçado a alugar bois de trabalho e charruas. Os pagamentos podiam ser tanto em dinheiro como em espécies de animais, também era comum que camponeses mais desfavorecidos pagassem em trabalho, assim estes camponeses podiam alugar os seus serviços a um agricultor que possuísse bois e charruas, formando uma equipe de produção. Eles trabalhavam a tempo inteiro, lavrando os campos do dono do gado, assim como as terras de outros camponeses que os alugavam e por sua vez devolviam os animais ao seu proprietário. Em troca, o camponês teria a sua terra lavrada. Desta maneira eles teriam acesso aos meios de produção. Actualmente esta prática é pouco usada no Chókwè, em contrapartida verifica-se com muita frequência o aluguer de instrumentos de trabalho, mediante pagamento em dinheiro



Fig 2: camponesa utilizando instrumento rudimentar na sua machamba

Actualmente no Chókwè, vive-se um processo de diferenciação subterrânea<sup>130</sup>, há uma frequência de aluguer de terras no campesinato, entre camponeses e agricultores privados. O sistema mais frequente para o aluguer de tractores junto dos privados é a concessão de terras. Um camponês possuindo 6 hectares concederá o uso de 2 ou 3 hectares para a época em troca de 3 ou 4 hectares de lavoura para a sua própria actividade. Como podemos notar, o facto das políticas de desenvolvimento traçadas pelo governo, não irem de encontro com as necessidades do campesinato, muitos camponeses "abandonaram" a prática agrícola passando a dedicar-se ao trabalho assalariado e mineiro. Muitos camponeses preferem dedicar-se ao trabalho mineiro, uma vez que as frequentes idas a África do Sul permite que alguns camponeses modifiquem as características físicas das suas casas. Com os salário das minas muitos camponeses adquirem novos implementos agrícolas e alocam o seu dinheiro em pequenos negócios, fomentando desta forma a diferenciação social e transformação rural.

---

<sup>130</sup> Hermele, 1987:321

## CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO

Na década de 50, nesta região foi instalado o Colonato do Limpopo, que tinha como objectivo o aproveitamento de recursos, incluindo povoamento, transportes e comunicações. Este Colonato deu lugar à constituição de um pólo de desenvolvimento na região de Chókwe, no entanto a sua implantação nesta região implicou a expropriação das terras férteis dos camponeses locais, o que de certo modo não agradou aos autóctones da região. Os utentes do Colonato dividiam-se em dois grupos, os colonos e os agricultores em regime de fruição de gleba. Estes estavam sujeitos a obrigações contratuais para reembolsar as facilidades que tinham sido postas ao seu dispor. Estas obrigações contratuais constituíam limitações de ordem cultural ao ingresso dos negros no Colonato.

No Colonato existiu uma forte política de segregação, uma vez que nem todos os camponeses moçambicanos que para lá entrassem deveriam ser assimilados, nem poderiam ter as mesmas condições que o colono. Por exemplo, os empréstimos concedidos pelo Estado, deveriam ser amortizados em prestações anuais, diferindo de modalidade entre os agricultores contratados e os que estavam em regime de fruição de gleba, sendo que os primeiros pagavam 1/6 da produção total no final da campanha e ficavam com os bens móveis e imóveis, enquanto que os agricultores em fruição de gleba pagavam 1/10 e não tinham direito de se tornarem proprietários dos bens.

Quanto a relação entre o Colonato e o campeonato local, pode-se concluir que foi uma relação conflituosa, uma vez que a falta de sociabilidade entre os africanos e os europeus constituiu uma barreira difícil de superar. Os diferentes hábitos culturais, o analfabetismo e a rudeza de alguns portugueses fazia com que a convivência entre africanos e europeus se tornasse mais difícil. É de referir que também entre negros havia conflitos e estes conflitos situavam-se ao nível de escolaridade.

No Colonato, para além da posse de terra, assimilação, produção e comercialização, o nível de escolaridade foi também um dos factores que contribuiu para que houvesse diferenciação social. Estes factores tiveram influência na vida do campeonato. A questão da posse de terra esteve ligada à assimilação e conseqüentemente à produção e comercialização, uma vez que



os que aceitavam a assimilação conseguiam entrar para o regadio e viam a sua produção aumentada e comercializada.

A política de Colonatos preconizada pelo governo colonial, teve tanto aspectos positivos bem como negativos. Quanto aos aspectos positivos é importante referir que o colonato teve um impacto na região, uma vez que criou infra-estruturas sócio-económicas para o benefício da população local. Quem aderiu, beneficiou de uma progressiva elevação do seu nível de vida. O colonato também comportou aspectos negativos : o sistema de admissão era bastante selectivo (através da assimilação e assinatura de contratos), havia expropriação de terras e os moçambicanos que aderiram ao projecto tinham que abandonar o seu modo de vida tradicional.

Com a independência alcançada em 1975, o governo da FRELIMO quiz quebrar as condições de reprodução da sociedade tradicional e fornecer uma alternativa eficaz às necessidades reprodutivas dos camponeses. Nesse âmbito, o governo lançou o desafio da construção da identidade moçambicana, que devia emergir do novo tipo de relações sociais, devia-se eliminar os vestígios da cultura do colono, bem como eliminar atitudes de servilismo. A FRELIMO ao alterar a situação vivida no período colonial, adoptou uma estratégia de desenvolvimento rural que se orientava em dois eixos: as aldeias comunais e o sector estatal incluindo as cooperativas.

Perante esta nova estratégia de desenvolvimento, o campesinato foi obrigado a ir viver para as aldeias comunais e trabalhar nas machambas estatais, o que de certo modo veio contradizer o modo de vida tradicional do campesinato, uma vez que acarretou graves prejuízos para a produção familiar. Muitos camponeses tiveram que percorrer longas distâncias para as suas machambas e procurar trabalho assalariado nas terras de famílias abastadas, concorrendo desta forma para um processo de diferenciação social. A estratégia de desenvolvimento traçada pela FRELIMO de concentrar a população em aldeias comunais, fez surgir um processo de diferenciação social que foi marcado pela existência de famílias que tiveram que recorrer ao trabalho assalariado.

A agricultura colectiva neste período não se mostrou capaz de substituir a produção familiar, perante este facto, a população começou a abandonar as aldeias comunais e procurar emprego nas cidades e países vizinhos, principalmente na África do Sul. Assim, pela via da socialização do campo não foi possível alcançar o modelo de sociedade pretendido, uma vez que havia conflitos pela posse de terra em redor das aldeias comunais, existiam famílias que se encontravam numa situação de dependência em relação às famílias que detinham terras em redor das aldeias comunais. O Governo perante esta situação foi obrigado a formular novas estratégias de desenvolvimento que envolvessem o campesinato.

Ao optar por uma estratégia económica orientada para o mercado, o Governo da FRELIMO esperava corrigir os desequilíbrios económicos resultantes dos erros da política socialista, mesmo assim, o campesinato não se beneficiou com esta nova estratégia, apesar do Governo apregoar que esta estratégia vinha apoiar tanto o sector familiar bem como o sector privado, na prática verificou-se que esta estratégia apenas beneficiava o sector privado. Portanto, as estratégias desenvolvidas pelo Governo da FRELIMO, de certo modo não beneficiaram o campesinato.

O campesinato continuou a ser esquecido e o processo de diferenciação social ia-se acentuando com o trabalho migratório a ter maior importância na vida do campesinato, uma vez que com os salários do trabalho migratório, muitos camponeses preferem alocar o seu dinheiro em pequenos negócios. Além disso temos o facto do apoio das ONG"s reforçarem a diferenciação social ao canalizar o apoio à alguns camponeses capazes que apresentam um nível de produção elevado em detrimento dos camponeses pobres. Outro factor que trouxe diferenciação social na região do Chókwè foi o aluguer de instrumentos de trabalho e de terra para cultivo.

## **Bibliografia**

### **1. Fontes Primárias**

#### **1.1 Fontes orais**

- Alfredo Pirio Mucavele- antigo funcionário da Btl e ex-director do SIREMO, Maputo – 21.4.05.  
Alberto Zacarias – funcionário da Hicep, 60 anos, Lionde – 12.4.05.  
Alice Eduardo Mfumo – camponesa , 64 anos, Chókwè -14.3.05.  
Anselmo Isaias Mapulasse- Oficial de desenvolvimento comunitário (FLW),Chókwè - 11.3.05.  
António Margarido – agricultor do sector privado – Lionde - 15.4.05  
Artur Titos Cuinica – antigo funcionário da BTL, 84 anos, Chókwè – 15.3.05.  
Bejamim Chongo – camponês, 74 anos, Conhane – 6.4.05  
Bento Chongo – camponês, 68 anos, Lionde – 18.4.05.  
Carlos Mahumane – camponês, 65 anos, Lionde – 18.4.05.  
Cruz Mucavele- autoridade tradicional, 56 anos, Lionde – 13.4.05.  
David Mandlate – funcionário da Hicep, 65 anos, Lionde – 12.4.05.  
Fabião Cuna – régulo, 65 anos, Macarretane – 21.3.05  
Fernando Mulhovo- ex-mineiro, 66 anos, Conhane – 6.4.05.  
Filimão Cossa – camponês, 64 anos, Lionde – 14.4.05.  
Julião Mulhovo – camponês e ex- mineiro, 47 anos, Chókwè – 15.3.05  
Lucas Mucamanichangue – camponês, 75 anos, Lionde – 13.4.05.  
Mário Massango- ex- mineiro, 71 anos, Chókwè – 17.3.05.  
Maria Alfredo Valoi- membro da cooperativa agrícola Josina Machel, 52 anos, Chókwè- 16.3.05.  
Mateus Macaringue – camponês, 74 anos, Lionde - 18.4.05.  
Meque Mugaduia – antigo funcionário da BTL, 80 anos, Macarretane – 22.3.05.  
Neta Marindze- camponesa, 53 anos, Lionde– 14.4.05.  
Raimundo Guela Baloi – presidente da associação agrícola de Macarretane, 74 anos, Macarretane –24.3.05.  
Roberto de Noronha – Ex- trabalhador do CAIL, 64 anos, Massavasse – 4.4.05  
Salomão Munhangane Cossa- antigo funcionário da BTL, 86 anos, Conhane - 5.4.05.  
Vasco Maposse – ex- trabalhador do CAIL, 56 anos, Chókwè- 11.3.05.  
Vasco Xivite – camponês, 66 anos, Lionde – 13.4.05.

#### **1.2 Documentos publicados**

PNUD (1997). Relatório de Desenvolvimento Humano. Lisboa : Trinova.

## 2. Fontes Secundárias

### 2.1 Monografias

ABRAHAMSSON,Hans & NILSSON,Anders (1994). Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. Maputo: PADRIGU/ISRI- CEEI.

------(1998). Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique:"Empowerment" e espaço de manobra. Maputo: PAGRIGU/ISRI- CEEI.

ADAM,Y (1997). A Evolução de Estratégias de Desenvolvimento no Moçambique Pós-Colonial. In: SOGGE, Davis. Moçambique: Perspectivas sobre a ajuda e o sector civil. Maputo.

AMARAL, Wanda (1999). Guia Para Apresentação de Teses, Dissertações, Trabalhos de graduação. 2.ed. Maputo: UEM.

CARDOSO, Fernando J.(1993). Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no contexto da África Sub-Sahariana. Lisboa: Fim do século Edições.

CASAL Adolfo Y (1995). Antropologia e Desenvolvimento: As aldeias comunais de Moçambique. Lisboa.

CHAMBERS, Robert (1983). Desenvolvimento Rural: Fazer dos últimos os primeiros. Angola: ADRA.

CONSELHO DE MINISTROS (2000). Abordagem de Desenvolvimento Rural em Moçambique. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

COVANE, Luís (2001). Trabalho Migratório e Agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992). Maputo: Promédia.

FELICIANO. José F (1998). Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique. Maputo: AHM.

HERMELE, K (1986). Contemporary Land Struggles on the Limpopo:A case of. study of. Chokwe Moz.1950-1985. Upsala: Departamente of. Development studies.

LAKATOS,Eva M; MARCONI, A.M (1988) Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1982). Contribuição Para o Programa da Cooperativização do Campo. Maputo.

Telma Lina R.S.Ferreira (2005), Diferenciação social e transformação rural no Campesinato de Chókwè (1954-1991).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1979). Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural na RPM: Documento preparado para conferência mundial sobre reforma agrária e desenvolvimento rural. Maputo: Ministério da Agricultura.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1990). Diagnóstico Nacional do Sector Agrário, vol.I, capítulo XII - Instrumento de desenvolvimento agrário. Maputo: MINAGRI/ DEA.

-----eDESENVOLVIMENTO RURAL(2000). Abordagem de Desenvolvimento Rural em Moçambique. Maputo.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE) (2002). Folha Informativa dos Municípios II. Maputo, 2002.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE) (2004). Perfil dos Dirigentes dos Órgãos Locais do Estado em Moçambique.

MOSCA, J. A Experiência Socialista em Moçambique(1975-1986). Lisboa: Instituto Piaget, [s.d.].

.....(1988,em 4 partes). Contribuição Para o Estudo do Sector Agrário do Chókwè. Maputo. Parte II. Breve história da agricultura do distrito de Chókwè( período 1950-1983).

.....( 1988). O sector agrário do Ckókwè ( provisório). Maputo.

NEGRÃO, José (1996). A Terra e a Economia da Família Rural no Delta do Zambeze. UEM: Núcleo de Estudos Terra e Desenvolvimento.

.....(2001). Cem Anos da Economia da Família Rural Africana. Maputo : Promédia.

QUIVY, Raymond; VAN CAPENHOUDT, Luc (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa:Gradiva.

SILVA, Benedito (coord.) (1986). Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

VALÁ, Salim C.(2003). A Problemática da Posse de Terra na Região Agrária de Chókwè ( 1954- 1995). Maputo: promédia.

VIJFHUIZEN, C; CAVANE,E (2001). Aprendendo a Entender os Aspectos do Desenvolvimento Rural: Estudos de trabalho de diploma a nível de licenciatura e mestrado. UEM: FAEF.

#### **Artigos Publicados**

ADAM, Yussuf (1989). "V Congresso: implicações para o desenvolvimento rural" In: Extra 2. Maputo. pp 2-8.

BOWEN, Merle L.(1990). "Agricultura Camponesa em Moçambique: O caso de Chókwé, na província de Gaza". In: Arquivo 7. Maputo. pp 5-44.

CARRILHO, João. et al (1990). Estratégia Alternativa de Desenvolvimento Agrário (EADA). Maputo: MINAGRI.

CASAL, Adolfo Y( 1988). "A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comunais em Moçambique". In: Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 8-9, pp157-191.

CASAL, Adolfo Y. (1989). "Políticas Agrícolas e Processos de Desenvolvimento Rural na África ao Sul do Saara". In: Revista Internacional de Estudos Africanos, nº10-11. pp163-178.

CASTEL-BRANCO, Carlos N. "A questão agrária em Moçambique". Maputo: UEM. Workshop Cea/ Unicef.

CASTEL-BRANCO, Carlos N. (1994). "Moçambique: Perspectivas económicas". In: CASTEL-BRANCO, C. Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. Maputo: UEM. pp 31- 86.

CEA.(1979). "Problemas de Transformação Rural na Província de Gaza. Um estudo sobre a articulação entre aldeias comunais seleccionadas, cooperativas agrícolas e a unidade de produção do baixo Limpopo". [ Maputo]: CEA.

HERMELE, K.(1987). "O ponto de partida: diferenciação rural e estratégia de desenvolvimento: apontamentos sobre Moçambique no período de transição, 1974-1977". Estocolmo.

.....(1987). "A região agrária do Chókwè, integração regional e diferenciação social". Lisboa.

.....(1989). "Lutas Contemporâneas no Vale do Limpopo". In: Estudos Moçambicanos, nº5. Maputo.

MOSCA, João.(1992). "O Papel do Estado no Pós- Guerra e Num Contexto de Ajustamento Estrutural". In: Estudos Moçambicanos nº11-12. Maputo. pp 51-63.

.....( 1991). "O Pequeno Produtor: Para além dos discursos e das opções políticas". Extra 8. Maputo. pp 2-7.

..... (1989). "Transformações Políticas e Económicas". Extra 1. pp 2-11.

O'LAUGHLIN, B. "A Questão Agrária em Moçambique", In Estudos Moçambicanos, 3:9-32.

TANNER, Christoher et al. (1992). O Desinvestimento das Empresas agrícolas Estatais em Moçambique: conflitos de propriedade e questões ligadas a nova política de acesso à terra, o

Telma Lina R.S.Ferreira (2005), Diferenciação social e transformação rural no Campesinato de Chókwè (1954-1991).

caso da região de Chókwè. Maputo: Land Tenure Center- Universidade de Wisconsin-Madison.

WUYTS, M. (1981). "Nota Estatística Sobre o Desenvolvimento Económico do Pós-Independência em Moçambique". Textos de apoio n.º 68. Maputo: Cea.

### **Artigos não Publicados**

BOWEN, M.(1987). "Estudo Sobre as Mulheres no Lionde, Chókwè". Relatório Provisório.

CEA. O Papel do Estado Colonial: Apoio a produção agrária. Textos de apoio. N 96.17p.

CEA.(1979). Problemas de Transformação Rural na Província de Gaza- Directivas para o reordenamento agrícola no regadio "Eduardo Mondlane".

NEGRÃO, J.(1996). Alternativas para o sector familiar. Notas à política Nacional de Terras e ao Anteprojecto da Lei de terras.

VALÁ, Salim C.(2004a). "Desenvolvimento Rural, Participação Comunitária e Extensão Rural no "Colonato do Limpopo"Chokwé (1954-1974): Realizações, contradições e lições". Paper apresentado na IV reunião internacional de história de África. Maputo.

VALÁ, Salim,C.( 2004b). "Desenvolvimento da Região Tendo Como Epicentro o Regadio do Chókwè: Uma visão dos últimos 54 anos". Maputo: AEMO/SDC, 24 de Setembro de 2004.

VALÁ, Salim C (2005). "Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique: Como criar riqueza através da capacitação do homem e das instituições". Maputo: 2ª reunião nacional dos economistas AMECON,12 Abril,2005.

### **Dissertações.**

ALMEIDA, António ( 1970). Colonato do limpopo- contribuição da cooperativa agrícola do Limpopo no desenvolvimento sócio-económico. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP). (Tese de Licenciatura).

ARAÚJO, Manuel G. (1988). O Sistema das Aldeias Comuns em Moçambique: Transformações na organização do espaço residencial e produtivo. Lisboa: Universidade de Lisboa. ( Tese de doutoramento).

CARDOSO,Fernando J.(1991) "Estratégias, Economias Locais e Empresas Agrárias: O desenvolvimento rural em Moçambique". Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. (Tese de Doutoramento).

FLORÊNCIO, F. J.(1994). "Processos de Transformação Social, no Universo Rural Moçambicano, Pós-Colonial. O caso do Distrito de Búzi". Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. ( Tese de mestrado).

Telma Lina R.S.Ferreira (2005), Diferenciação social e transformação rural no Campesinato de Chókwè (1954-1991).

---

FORTES, Lucília (2003). “Participação Comunitária no Processo de Desenvolvimento Rural: o caso da aldeia Nancholi, distrito de Angónia, 1987-2002”. Maputo. UEM. (Tese de licenciatura).

LOPES, Manuel dos S.(1968). Colonato do Limpopo- Aspectos Sociais do Povoamento. Universidade Técnica de Lisboa. ( Tese de licenciatura).

ROESCH, Otto (1986). Socialism and Rural Development in Mozambique:The case of aldeia comunal 24 de Julho. Toronto: University of Toronto.( Tese de doutoramento).

SERRA, António M.A ( 1991). Política Agrária e Desenvolvimento Económico e Social na República Popular de Moçambique, 1975-1985: Contribuição para o estudo da economia política da República Popular de Moçambique. Lisboa. (Tese de Doutoramento).

SILVA, Ana J. (1992) “Diferenciação Camponesa e Agricultura Colonial: O caso do baixo limpopo, distrito de Xai-Xai, 1950-74”. Maputo: Instituto Superior Pedagógico.(Tese de licenciatura)

VALÁ, Salim C.(1995). A História da Posse da Terra na Região Agrária de Chókwé, (1975-1995). Maputo: Faculdade de Letras/Universidade Eduardo Mondlane.(Tese de licenciatura).



**ANEXOS**

## GUIÃO DE ENTREVISTAS

### História local

- a) O que significa Chókwe ? como surge este nome na região?
- b) Quando é que se instalou o colonato, o que aconteceu nessa altura?
- c) Que mudanças ocorreram quando se instalou o colonato ( no âmbito social e económico)?
- d) Que conflitos surgiram com a instalação do colonato? Especifique.
- e) Que vantagens ou desvantagens estes colonos trouxeram para a região?

### Actividades económicas

- a) Qual tem sido o período das chuvas nesta zona, qual é o clima?
- b) Que tipo de culturas tem sido feitas, quais são, e em que épocas.
- c) Que tipo de instrumentos de trabalho têm utilizado para a agricultura?
- d) Quando é que começaram a usar novas tecnologias para a agricultura?
- e) Que outras inovações foram feitas neste âmbito?

### Posse e uso da terra

- a) Como conseguiram obter essas porções de terra?
- b) Que sistemas, o governo ( colonial e o da Frelimo) usava para distribuir terras antes e pós-independência?
- c) Será que a distribuição de terras processou-se da mesma forma para todas as famílias?
- d) Quem ficou mais beneficiado com a distribuição de terras e no acesso a melhores terras?
- e) Será que o PRE trouxe algum benefício para a agricultura?
- f) Que mudanças ocorreram na agricultura e no campesinato com a Introdução do PRE?
- g) Como agricultor, o que acha que se poderia fazer para melhorar a sua actividade?

### Transformação rural

- a) Quando é que foi implantado o sistema das aldeias comunais aqui na região?
- b) Qual foi a sua impressão, o seu sentimento na altura?
- c) Sabe explicar em que contexto surgiram as aldeias comunais nesta região?
- d) Nesse tempo, chegou de ir viver para a aldeia comunal? Se sim como é que era a vida numa aldeia , como é que era feita a prática da agricultura?
- e) Nesse período, aqui na região existiram pessoas que tinham grandes machambas ?
- d) Que transformações ocorreram nesta região depois da Independência Nacional, quanto a terra, agricultura?
- f) Tem terras no regadio ou no sequeiro, ou em ambos sítios?
- g) Qual é a área aproximada das suas machambas (em hectares)?
- h) Custuma vender, alugar ou emprestar as suas machambas?

### Diferenciação social

- a) Que tipo de instrumentos usa para o seu trabalho ? Como é que conseguiu adquirir estes instrumentos de trabalho?
- b) Explique a sua base de financiamento para a aquisição desses instrumentos.
- c) Já teve ou tem outra actividade económica?
- d) Que influência o trabalho migratório teve para si?

- e) Que tipo de relações existe entre diferentes grupos sociais na zona?
- f) Que posição ocupa na sociedade ( régulo, grupo dinamizador).
- g) Que meios usaram para atingir um estrato elevado ( para ter uma posição privilegiada )
- h) Será que o trabalho que realiza é gratificante e permite mobilidade social?

#### **Meios de subsistência**

- a) Além da agricultura, pratica uma outra actividade? Qual?
- b) Quais das seguintes actividades são importantes como fonte de rendimento para a sua família:
  - produção- venda de produtos agrícolas
  - criação/ venda de animais
  - pesca, venda de bebidas alcoólicas
  - serviços- prestação de serviços em outras machambas
  - venda no mercado informal
  - negócios não permanentes ( biscates).
- c) Qual das actividades acima mencionadas para si é a mais importante em termos de gerar rendimento.
- d) Mencione todas as culturas que a sua família produz e vende numa campanha agrícola.

#### **Apoio do governo**

- a) Sente que o governo tem apoiado o sector?
- b) Que apoio o governo tem dado a este sector?
- c) O que acha que devia ser feito para melhorar a intervenção do governo.
- d) Aqui na região de Chókwè existe banco? Desde quando?
- e) Que facilidades o banco dá para o camponês ter acesso ao crédito?
- f) O que o camponês deve dar como garantia para obter o empréstimo.
- g) Que outras formas de ajuda mútua o sector familiar usa na realização das suas actividades?

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR  
CONSELHO SUPERIOR DE FOMENTO ULTRAMARINO

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo

CONTRATO PROVISÓRIO DE COLONO:

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de mil novecentos e ....., entre a Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, neste acto representada por ....., outorgando em nome e representação do Governador-Geral de Moçambique, conforme delegação dada por despacho de ....., exarada na nota nº. ...., e o Senhor ..... casado, de ..... anos de idade, natural de ....., concelho de ....., morador em ....., portador do bilhete de identidade nº. ...., cedido em ..... de ..... de mil novecentos e ..... pelo Arquivo de Identificação de ....., foi ajustado o contrato constante das cláusulas seguintes, aprovadas por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ultramar, de 7 de Dezembro de 1953 e de 6 de Janeiro de 1960, proposta da Inspeção-Geral de Fomento, respectivamente de 23 de Novembro de 1953 e de 5 de Janeiro de 1961:

1ª. - O segundo outorgante é o chefe da família do casal agrícola de colono, composto de:

.....  
.....  
.....

2ª. - Ao segundo outorgante será facultada pelo Governo-Geral de Moçambique, sob proposta da Brigada e parecer da Inspeção-Geral de Fomento, no acto da assinatura do contrato definitivo no núcleo de colonização do Vale do Limpopo:

A) - Por fruição provisória um casal agrícola no mesmo núcleo, constituído por:

- 1) Casa de habitação e anexos agrícolas;
- 2) Uma gleba de regadio de ..... hectares, mais de vinte e quatro hectares de sequeiro, com as benfeitorias nelas incorporadas na data do contrato definitivo e neste descritas e um prédio de regadio no lameiro comunitário explorado pela associação de regantes.

B) - Por empréstimo:

- 1) O mobiliário para a casa de habitação se o colono não o tiver;

- 2) Os gados e as alfaias agrícolas necessárias para a exploração do casal agrícola;
- 3) As sementes para as primeiras culturas.

C) - Gratuitamente a assistência agrícola e veterinária de que careça a sua exploração agro-pecuária e médica de que necessite a sua pessoa e as pessoas de sua família:

- 1) A fruição provisória passará a concessão provisória, quando o Governo-Geral de Moçambique julgue oportuno, mediante proposta da Brigada;
- 2) A área de regadio poderá encontra-se total ou parcialmente cultivada;
- 3) O segundo outorgante é fiel depositário dos valores que lhe sejam facultados por empréstimo;
- 4) As anuidades de amortização devidas ao Estado para reembolso do casal agrícola serão fixadas no diploma de regime jurídico das obras de irrigação e povoamento do Plano de Fomento.

Até à publicação deste diploma o segundo outorgante entregará anualmente ao Governo-Geral de Moçambique, através da Brigada, um sexto dos géneros colhidos no casal para amortização do Empréstimo e, pago, para reembolsar o Estado do valor do casal agrícola.

3a. - O segundo outorgante obriga-se:

- a) A assinar, no núcleo de colonização a que pertença, o contrato definitivo de que tem inteiro conhecimento quando para isso for notificado pela Brigada;
- b) A dedicar-se exclusivamente, e em conjunto com a sua família, à exploração do casal directa e regularmente, com o cuidado e zelo de um bom agricultor, podendo permutar serviços com outros colonos europeus e assimilados e com indígenas em fruição de glebas do núcleo de colonização a que pertencer;
- c) A utilizar a água da rega que seja posta à sua disposição como lhe for fixado pelos serviços competentes e em harmonia com os horários de rega estabelecidos;
- d) A manter a intensificação cultural prevista nos planos de exploração;
- e) A inscrever-se como sócio das Associações e Cooperativas a que deva pertencer e a cumprir os respectivos estatutos e demais regulamentos;
- f) A não exercer qualquer actividade comercial diferente da venda dos produtos do casal.

4a. - O Governo-Geral de Moçambique sob proposta da Brigada e parecer da Inspecção-Geral de Fomento, poderá retirar ao segundo ou-

torganté a concessão provisória do casal quando este:

- a) Mostre inadaptação à vida do núcleo de colonização a que pertença, desinteresse, mau comportamento moral, familiar ou social;
- b) Deixe de trabalhar a terra ou se dedique a outras ocupações fora do casal agrícola, quer de conta própria quer de conta de outrem ou à permuta de géneros com os indígenas;
- c) Se ausente do casal para fora da Província ultramarina sem prévia autorização da Brigada;
- d) Se negue a pagar as anuidades de amortização e a entregar as crias de gado pela forma estabelecida no contrato definitivo ou a assinar este quando lhe seja determinado pela Brigada.

5a. - Efectivada a rescisão da fruição ou concessão provisória do casal agrícola, o segundo outorgante obriga-se a abandonar o casal no prazo máximo de trinta dias a contar da data do aviso escrito feito pela Brigada, com todas as culturas pendentes, gados, alfaias, mobiliário que lhe seja fornecido, e construções, sendo tudo entregue à Brigada em perfeito estado de conservação.

§ único. - Estabelece-se expressamente que o segundo outorgante não poderá alegar qualquer direito de retenção ou posse dos referidos bens por motivo de benfeitorias, bens que constituem uma unidade económica só divisível, alienável e penhorável quando Sua Excelência o Ministro do Ultramar o autorizar, mediante proposta do Governo-Geral de Moçambique e o parecer da Inspeção-Geral de Fomento.

6a. - No primeiro ano da instalação do segundo outorgante no núcleo de colonização, poderá ser-lhe abonado pela Brigada, depois de autorizada pelo Governo-Geral de Moçambique, o auxílio em géneros alimentícios até 150\$00 por unidade de consumo e por mês, considerando-se suficiente uma unidade de consumo para indivíduos de mais de 12 anos, e meia unidade para indivíduos até 12 anos.

Estes abonos serão reembolsados pela forma que a lei indique.

Dou fé que assim o disseram, outorgam e aceitam.

A tudo foram testemunhas presentes: .....

.....  
 .....  
 .....  
 .....

E depois de lido em voz alta na presença simultânea de todos os intervenientes dou fé de que os outorgantes aceitaram este contrato em firmeza e vão assinar.

.....  
 .....  
 .....  
 .....

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR  
CONSELHO SUPERIOR DE FOMENTO ULTRAMARINO

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo

CONTRATO DEFINITIVO DE COLONO (A RATIFICAR)

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de mil  
novecentos e ....., na sede da Brigada Técnica de Fomen-  
to e Povoamento do Limpopo, compareceram:

COMO PRIMEIRO OUTORGANTE: O Senhor .....  
..... da referida Brigada .....  
representando o Governo da Província, por delegação de Sua Exclência o  
Governador Geral, .....  
que lhe foi conferido por despacho de.....  
lançado sobre a nota da referida Brigada nº, .....  
cujo original se encontra arquivado nos escritórios centrais da mesma  
para os devidos efeitos:

COMO SEGUNDO OUTORGANTE: .....  
de ..... anos de idade, natural de .....  
freguesia de ....., concelho de .....  
casado, na qualidade de chefe do agregado familiar composto de:.....  
.....  
e que nessa qualidade assinou o contrato provisório, em .....  
de ..... de mil novecentos e ..... E estando pre-  
sentes as testemunhas adiante mencionadas e no fim assinadas, pelo pri-  
meiro outorgante foi dito:

I - O contrato provisório celebrado em ..... de ....  
..... de mil novecentos e ..... continua em  
vigor, salvo naquilo em que o presente contrato expressamente o altere  
e completa.

II - O Governo-Geral de Moçambique entrega em regime de fruição  
provisória ao segundo outorgante o casal agrícola número .....  
da Aldeia ..... constituído por:

1) Uma casa de habitação, sita na rua .....  
com o número ....., com três quartos, cozinha, sala de jan-  
tar e de estar, sanitários e anexos agrícolas, constituídos por logra-  
dours em volta da casa, estábulos para gado bovino e porcino galinhei-  
ro e guarda de alfaias agrícolas, no valor de sessenta e nove mil escu-  
dos.

2) Um prédio de regadio com a área de ..... hectares  
com uma nitreira incorporada, no valor de .....  
..... (a rectificar na conclusão das obras do aproveitamento).

3) Um prédio de regadio no lameiro comunitário, explorado pela Associação de Regantes com 50% de luzerna, no valor de oito mil escudos (a rectificar na conclusão das obras do aproveitamento).

4) Uma terra de sequeiro com a área de 24 hectares, englobada num talhão comunitário com a área total de novecentos e sessenta hectares, vedado, com bebedouros para gado, destinado à apascentação do gado e ao povoamento florestal de carácter industrial, em conformidade com os interesses superiores, no valor de três mil escudos (a rectificar na conclusão das obras do aproveitamento).

§ 1º. A entrega a que se refere o corpo da cláusula II não implica a transmissão da propriedade a favor do segundo outorgante, enquanto não estiver feito o reembolso ao Estado do valor do Casal Agrícola e cujo montante será fixado no regime jurídico definitivo.

§ 2º. Nos prédios identificados nas alíneas 2) e 3) desta cláusula estão incorporadas as obras de rega respectivas e a água de rega na medida do disponível e do necessário e utilização em harmonia com os horários de rega estabelecidos.

III - O Governo-Geral de Moçambique fornece ao segundo outorgante, através da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo:

A) - Por empréstimo, do que o mesmo segundo outorgante, se reconhece e confessa devedor:

- 1) Mobiliário de casa de habitação, até ao valor de cinco mil escudos;
- 2) Gados até ao valor de 12 mil escudos;
- 3) Equipamento e alfaias agrícolas até ao valor de oito mil e quinhentos escudos;
- 4) Sementes e insecticidas, até ao valor de mil e quinhentos escudos;
- 5) Culturas pendentes ou produtos delas provenientes;
- 6) Abonos da Cláusula VI do Contrato Provisório.

B)) - (Transitório): Assistência técnica, quando pedida e autorizada pelo Inspector-Geral do Fomento:

- 1) Na prática do regadio: preparação mecânica das terras para a cultura do arroz e outras;
- 2) Em serviços mecanizados:
  - a) Sementeiras de trigo, arroz, milho e algodão;
  - b) Ceifa de trigo e do arroz;
  - c) Ceifa e enfardamento da luzerna do lameiro comunitário;
  - d) Transporte para a eira, debulha, e beneficiação do trigo, do arroz e do milho;
  - e) Enfardamento da palha do trigo.

C) - Assistência financeira, de conformidade com o que venha a ser estabelecido na lei do regime jurídico da colonização para as zonas de regadio.



§ 1º. - No anexo I a este contrato encontra-se o inventário dos valores que são objecto do empréstimo a que dizem respeito os números 1) a 4) da alínea A) desta cláusula, nos seus quantitativos máximos.

§ 2º. - O mobiliário, os gados, os equipamentos e as alfaias agrícolas objecto do empréstimo a que se refere a alínea A) desta cláusula não podem ser utilizados ou consumidos fora do objectivo deste contrato sem prévia autorização do Governo-Geral de Moçambique, ouvido o Inspector-Geral do Fomento.

§ 3º. - Enquanto não estiver feita a amortização prevista na cláusula VI e VII deste contrato, o segundo outorgante é fiel depositário dos bens a que se refere o § anterior, por eles respondendo civil e criminalmente.

IV - O casal agrícola identificado na cláusula II é entregue ao segundo outorgante em regime de fruição provisória, que passará a concessão provisória quando o Governo-Geral de Moçambique julgar oportuno, mediante proposta da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, que passará o respectivo título.

V - O segundo outorgante obriga-se a reembolsar o Estado do valor do casal agrícola identificado na cláusula II, em anuidade de amortização que forem fixadas no diploma do regime jurídico das obras de irrigação e povoamento do Plano de Fomento, a partir da data de concessão definitiva do mesmo Casal. Mais se obriga também, a contar da mesma data, ao pagamento das taxas de conservação e exploração do regadio, que sejam estabelecidas.

VI - A parte do empréstimo, referido na cláusula III, alínea A) destinada a gados, será amortizada pelo segundo outorgante durante o prazo de fruição provisória, com a entrega ao Governo-Geral de Moçambique através da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, do número de cabeças das mesmas espécies, raças e sexos, igual ao que foi cedido e mencionado no inventário do anexo I, de idade não inferior a um ano, à excepção do gado suíno que poderá ter o mínimo de quatro meses, considerando-se então liquidado o empréstimo referente ao gado.

VII - O segundo outorgante obriga-se também a entregar ao Governo-Geral de Moçambique através da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, um sexto dos géneros colhidos no Casal para a amortização da parte do empréstimo da alínea A) da cláusula III ou o seu equivalente em dinheiro, observado o § 1º. desta cláusula; e a pagar a assistência técnica da alínea B) da mesma cláusula III, anualmente, na altura das colheitas e a entrega dos géneros valorizados conforme o § 1º. desta cláusula, pelo modo a que se segue :

- a) Encargos de 1) - prática de regadio: no total de despesa feita;
- b) Encargos de 2) - alíneas a), b), c), d) e e) - serviços mecanizados: nas percentagens que sejam fixadas pelo Inspector-Geral do Fomento sob proposta da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo;

§ 1º. - Os géneros entregues pelo segundo outorgante serão a este creditados pelo seu valor de mercado na altura da entrega.

§ 2º. - Logo que a soma das parcelas dos valores creditados perfaça o montante emprestado consoante a alínea A) da cláusula III, e o gado esteja amortizado nos termos da cláusula VI, o Governo-Geral de Moçambique, sobre proposta da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo e ouvido o Inspector-Geral do Fomento considerará liquidado o empréstimo respectivo entrando o Casal em regime de concessão definitiva, do que a Brigada passará o respectivo título, enviando um duplicado aos Serviços Geográficos e Cadastrais, a fim de os mesmos Serviços passarem ao colono interessado o título comprovativo dos direitos respectivos.

§ 3º. - Liquidado o empréstimo conforme o disposto no § 2º., o colono continuará a pagar o sexto referido na cláusula VII, destinando-se o produto a reembolsar o Estado do valor do casal agrícola enquanto não for estabelecido o regime jurídico da cláusula V.

§ 4º. O sexto a pagar pelos colonos não pode ser inferior ao valor mínimo correspondente a uma intensidade de exploração definida pelo índice de produção bruta agro-pecuária vendível, fixada em vinte quintais métricos de trigo por hectare (pela cor em trigo de toda a produção) correspondendo esse índice à relação entre a produção bruta vendível da exploração na área total, expressa em quintais métricos de trigo, e o número de hectares de regadio do Casal, incluindo a área do lameiro comunitário.

VIII - Os bens imóveis mencionados na cláusula II integram um património familiar indivisível sobre que não pode incidir qualquer ônus destinado a garantir ou satisfazer dívidas do segundo outorgante, enquanto não seja promulgado o regime jurídico definitivo.

§ Único. - Quando se estabelecer o regime jurídico definitivo fixar-se-ão as condições e limites de uma possível divisão, com base num parcelamento conveniente, que garanta a suficiência económica da produção agro-pecuária em ordem a satisfazer as necessidades de uma família rural, sob as exigências de uma boa exploração e tenha a capacidade também suficiente para absorver o trabalho de uma família, poderá ser superiormente autorizada a desintegração, não devendo a propriedade de regadio ser inferior a dois hectares.

IX - A exploração do casal é feita exclusivamente com a mão-de-obra do agregado familiar, admitindo-se porém permuta de serviços entre colonos e com os autóctones em fruição de glebas.

Pelo segundo outorgante foi dito:

Que aceitava o presente contrato com todas as condições nele exaradas, sujeitando-se por sua pessoa e bens, ao seu fiel e exacto cumprimento:

Dou fé que assim o disseram, outorgam e aceitam.

A tudo foram testemunhas presentes: .....

.....  
.....  
.....

E depois de lido em voz alta na presença simultânea de todos os intervenientes dou fé de que os outorgantes aceitaram este contrato, e, por isso o vão assinar.

MINISTERIO DO ULTRAMAR  
CONSELHO SUPERIOR DE FOMENTO ULTRAMARINO

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE  
Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo

CONTRATO DE CONCESSÃO DE UM CASAL AGRÍCOLA (1)

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de mil no  
vecentos e ....., na sede da Brigada Técnica de Fomento  
e Povoamento do Limpopo, compareceram:

COMO PRIMEIRO OUTORGANTE: O Senhor .....  
..... da referida Brigada .....  
representando o Governo da Província, por delegação de Sua Excelência o  
Governador-Geral, ....., que lhe foi  
conferida por despacho de ....., lançado sobre a nota da  
referida Brigada, nº. ...., de ....., cujo original se  
encontra devidamente arquivado nos seus escritórios centrais;

COMO SEGUNDO OUTORGANTE: .....  
de ..... anos de idade, natural de ....., fre-  
guesia de ....., concelho de ....., casado, na qua-  
lidade de chefe do agregado familiar composto de.....  
.....

E, estando presentes as testemunhas adiante mencionadas e no fim  
assinadas, pelo primeiro outorgante foi dito:

CLAUSULA I - O Governo-Geral de Moçambique entrega em regime de con-  
cessão provisória ao segundo outorgante o casal agríco-  
la número ..... da Aldeia ..... constituído por:

- 1) Uma casa de habitação, sita na rua .....  
no valor de .....
- 2) Um prédio de regadio com a área de .....  
hectares, no valor de .....
- 3) .....

§ 1º. - A entrega a que se refere o corpo desta cláusula  
não implica a transmissão da propriedade a favor do segundo outorgante, en-  
quanto não estiver feito reembolso ao Estado do valor do casal agrícola e  
de acordo com o que for fixado no regime jurídico definitivo.

§ 2º. - No prédio de regadio identificado nesta cláusula es-  
tão incorporadas as obras de rega respectivas e a água de rega na medida  
do disponível e do necessário e utilização em harmonia com os horários de

(1) Entrou em vigor em 1968, em substituição dos dois contratos ante-  
riores.

rega, entendendo-se que as disponibilidades são limitadas aos caudais naturais do rio Limpopo.

CLAUSULA II - O Governo-Geral de Moçambique fornece ao segundo outorgante, através da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo:

A - Por empréstimo, de que o mesmo segundo outorgante se reconhece e confessa devedor:

- 1) .....
- 2) .....
- 3) .....

B - Gratuitamente durante o período de instalação que, para o efeito, se considera com a duração máxima de três anos:

- 1) Assistência técnica agrícola e veterinária de que careça a sua exploração agro-pecuária;
- 2) Assistência médica de que necessite a sua pessoa e as pessoas do agregado familiar.

§ 1º. - No anexo I a este contrato encontra-se o inventário dos valores que são objecto do empréstimo a que respeita a alínea A) desta cláusula.

§ 2º. - Os bens que forem objecto de empréstimo nos termos da alínea A) desta cláusula não podem ser utilizados ou consumidos fora do objectivo deste contrato sem prévia autorização do Governo-Geral de Moçambique.

§ 3º. - Enquanto não estiverem amortizados nos termos das Cláusulas IV e V e respectivos parágrafos, o segundo outorgante é fiel depositário dos bens a que se refere a alínea A) do corpo desta cláusula, por eles respondendo civil e criminalmente.

§ 4º. - A assistência agrícola e veterinária referida na alínea B) do corpo desta cláusula não inclui serviços mecanizados ou assistência financeira que o segundo outorgante requisite a quaisquer organismos cooperativos, de crédito ou associações de regantes. Também não inclui sementes, pesticidas ou medicamentos para o gado.

§ 5º. - Depois de decorrido o período de instalação, a que se refere o corpo desta cláusula, a assistência médica que o segundo outorgante ou as pessoas da sua família necessitem ficará sujeita ao regime e disposições legais em vigor na Província de Moçambique, sendo da responsabilidade do segundo outorgante os pagamentos a que haja lugar de acordo com as tabelas respectivas.

§ 6º. - Da mesma forma, depois de decorrido o período de instalação, também a assistência agrícola ou veterinária poderá deixar de ser gratuita ou prestada pela Brigada, passando então a ser regida pelas disposições legais em vigor na Província de Moçambique, sendo da responsabilidade do segundo outorgante o respectivo pagamento quando a ele haja lugar.

CLAUSULA III - O segundo outorgante obriga-se:

- a) A receber os imóveis referidos neste contrato, assinando o respectivo termo de entrega que será anexo ao contrato;
- b) A dedicar-se exclusivamente e em conjunto com a sua família, à exploração do casal directa e regularmente, com o cuidado e zelo de um bom agricultor, podendo permutar os serviços com os outros agricultores;
- c) A utilizar a água de rega que seja posta à sua disposição como lhe for fixado pelos Serviços competentes e em harmonia com os regulamentos e horários de rega estabelecidos;
- d) A manter a intensidade cultural prevista nos planos de exploração;
- e) A acatar as indicações dos Serviços que prestam assistência técnica, nomeadamente, no que respeita à boa técnica de regadio, aos cuidados visando à conservação do solo e sua fertilidade e ao combate a pragas e epizootias;
- f) A inscrever-se como sócio da Associação de Regantes a que deva pertencer e a cumprir os respectivos estatutos e demais regulamentos;
- g) A não exercer qualquer actividade comercial diferente da venda dos produtos do casal;
- h) A pagar as taxas de exploração e conservação da obra de rega que forem fixadas.

CLAUSULA IV - O segundo outorgante obriga-se a reembolsar o Estado do valor do casal agrícola identificado na cláusula I e dos empréstimos referidos na alínea A) da Cláusula II deste contrato, em anuidades de amortização conforme for fixado no diploma do regime jurídico das obras de irrigação e povoamento do Plano de Fomento.

§ 1º. - Enquanto não for publicado o diploma referido no corpo desta cláusula o segundo outorgante obriga-se a entregar ao Governo-Geral de Moçambique, através da Brigada, um sexto dos géneros colhidos no casal para amortização dos empréstimos da alínea A) da Cláusula II e, amortizados estes, para reembolsar o Estado do valor do casal agrícola.

§ 2º. - Os géneros entregues pelo segundo outorgante serão a este creditados pelo seu valor de mercado na altura da entrega.

§ 3º. - A entrega de géneros correspondentes ao sexto de produção pode ser substituída pelo seu equivalente em dinheiro.

§ 4º. - O sexto referido no § 1º. não pode ser inferior ao valor mínimo correspondente a uma intensidade de exploração definida pelo índice de produção bruta agro-pecuária vendável, fixada em vinte quintais métricos de trigo por hectare (pela conversão em trigo de toda a produção).

§ 5º. - Para os efeitos do § 3º. da cláusula II, considera-se que os empréstimos da alínea A) da mesma cláusula são amortizados sucessivamente e pela ordem em que estão mencionados.

§ 6º. - O segundo outorgante tem a faculdade de fazer entregas superiores às previstas no § 1º., abreviando assim a amortização dos empréstimos e do casal agrícola.

CLAUSULA V - Quando entre os empréstimos da alínea A) da cláusula II figure o empréstimo de gado enquanto este não estiver amortizado nas condições da cláusula IV e seus parágrafos o segundo outorgante tem a faculdade de o amortizar com a entrega ao Governo-Geral de Moçambique, através da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, do número de cabeças das mesmas espécies, raças e sexos, igual ao que lhe foi cedido e mencionado no inventário do anexo I, de idade não inferior a um ano, à excepção do gado suíno que poderá ter o mínimo de quatro meses, considerando-se então liquidado o empréstimo referente a gado.

§ único - Por cada cabeça de gado entregue ao abrigo desta cláusula, será o segundo outorgante creditado pelo valor de inventário da cabeça de gado que lhe corresponde. Quando haja mais que uma cabeça de gado que possa corresponder à cria entregue será, em primeiro lugar, paga a de menor valor.

CLAUSULA VI - Depois de amortizados os empréstimos da alínea A) da Cláusula II e decorridos que sejam cinco anos a contar da data da entrega do casal agrícola o segundo outorgante pode requerer os títulos de concessão gratuita do casal agrícola que serão concedidos pelo Governo-Geral de Moçambique, ouvida a Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo e o Presidente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino.

§ único - A concessão ficará onerada a favor do Estado pelo valor da parte não amortizada do casal agrícola.

CLAUSULA VII - O Governo-Geral de Moçambique, sob proposta da Brigada e parecer do Presidente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino, poderá rescindir o presente contrato, retirando ao segundo outorgante a concessão provisória do casal, quando este:

- a) Mostre inadaptação à vida do núcleo de colonização a que pertença, desinteresse, mau comportamento moral, familiar ou social;
- b) Deixe de trabalhar a terra ou se dedique a outras ocupações fora do casal agrícola, quer de conta própria quer de conta de outrem ou à permuta de géneros com os autóctones;
- c) Se ausente do casal para fora da Província Ultramarina sem prévia autorização da Brigada;
- d) Se negue a pagar as anuidades de amortização conforme a cláusula IV e seus parágrafos;
- e) Ou deixe de cumprir alguma das obrigações da cláusula III deste contrato.

CLAUSULA VIII - Efectivada a rescisão da fruição ou concessão provisória do casal agrícola, o segundo outorgante obriga-se a abandonar o casal no prazo máximo de trinta dias a contar da data do aviso escrito feito pela Brigada, com todas as construções, culturas pendentes, gados, alfaias, mobiliário que lhe tenha sido fornecido e ainda não amortizado, sendo tudo entregue à Brigada em perfeito estado de conservação.

§ único - Estabelece-se expressamente que o segundo outorgante não poderá alegar qualquer direito de retenção ou posse dos referidos bens por motivo de benfeitorias ou anuidades de amortização já pagas, na parte referente a imóveis. Se o montante das amortizações pagas for inferior às desvalorizações sofridas pelos bens móveis ou imóveis restituídos o segundo outorgante é responsável pela diferença.

CLAUSULA IX - Os bens imóveis mencionados na cláusula II integram uma unidade económica só divisível, alienável e penhorável quando Sua Excelência o Ministro do Ultramar o autorizar, mediante proposta do Governo-Geral de Moçambique e o parecer do Presidente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino.

§ único - Quando for estabelecido o regime jurídico definitivo fixar-se-ão as condições e limites de uma possível divisão, com base num parcelamento conveniente.

CLAUSULA X - Quando o segundo outorgante tenha completado a amortização do casal agrícola conforme a cláusula IV e seus parágrafos dar-se-á por findo o presente contrato e entrará na posse definitiva do casal agrícola.

Pelo segundo outorgante foi dito:

Que aceitava o presente contrato com todas as cláusulas e condições nele exaradas, sujeitando-se por sua pessoa e bens ao seu fiel e exacto cumprimento.

Dou fé que assim o disseram, outorgam e aceitam.

A tudo foram testemunhas presentes:

.....  
.....

E depois de lido em voz alta na presença simultânea de todos os intervenientes dou fé de que os outorgantes aceitaram este contrato, e, por isso o vão assinar.

.....  
.....

## HISTÓRIA DO DISTRITO DE CHÓKWÈ

A região dos Kavelane, situada em Utsonga, província de Gaza, limitada a norte pela antiga regedoria de Cuna, a sul por Liondzo, a este pelo rio Limpopo, a oeste por Mangundzo, veio mais tarde a ser conhecida por **Chókwè**, nome de um pastor da igreja metodista livre, natural de Chibuto, que na altura exercia suas actividades religiosas naquela região.

Este pastor instalou-se em Kavelane, vindo das terras das populações do clã Nhambe, pois por causa do seu trabalho hostil aos ritos e cerimónias tradicionais locais, os nhambes começaram a dificultar a realização das suas actividades religiosas, incluindo a destruição dos seus bens e culturas agrícolas, obrigando-o a abandonar aquelas terras.

Nos primeiros anos da campanha de pacificação portuguesa à região de Kavelane, os colonialistas, prestaram homenagem ao pastor Chókwè, facto que aumentou a sua fama por toda a região de Gaza e, por isso o nome Kavelane pelo qual era conhecida a região foi perdendo o seu prestígio, ficando no seu lugar o nome de Chókwè.<sup>1</sup>

No tempo colonial, a povoação de Chókwè foi criada a 6 de Dezembro de 1916, com o nome de Caniçado (portaria nº292). A 19 de Março de 1960 passou a designar-se Vila Alferes Chamusca, e a 25 de Abril de 1964 recebeu a denominação de vila Trigo de Morais, em homenagem ao engenheiro António Trigo de Morais, pioneiro do projecto de Limpopo (portaria nº17781). A 17 de Agosto de 1971 a vila ascendeu à categoria de cidade (portaria nº713/71).<sup>2</sup> À 13 de Março de 1976, a então vila Trigo de Morais passou a denominar-se Chókwè, ao abrigo do decreto nº10/76 de 13 de Março.

### Caracterização socio-cultural

A população do distrito de Chókwè e na sua maioria cristã, falante de changana, variante do grupo linguístico tsonga. Esta população continua arreigada às práticas religiosas dos seus ancestrais, destacando-se as de invocação dos antepassados.

---

<sup>1</sup> MAE.2004: 183.

<sup>2</sup> MAE. 2002:59.



## PERIODIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE DESDE 1954

- 1954 – Instalação do Colonato
- 1959 – Entrada de alguns Moçambicanos como colonos no Colonato
- 1966 – Paralisação das obras do Colonato
- 1974 – Frelimo no governo de Transição, alguns colonos abandonam o País
- 1975 – Independência Nacional; nacionalizações
- 1976 – Criação das Aldeias Comunais
- 1977 – III Congresso da Frelimo; cheias no rio Limpopo
- 1978 – Início do planeamento estatal
- 1981 – Crítica das machambas estatais
- 1982 – Seca, mercado negro, preparativos para o IV Congresso
- 1983 – IV Congresso, alastramento da fome, economia de guerra
- 1984 – Deterioração da economia
- 1985 – Moçambique aderiu ao sistema do Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional
- 1987 – Entra em vigor o Programa de Reabilitação Económica
- 1989 – V Congresso da Frelimo
- 1990 – Privatização das machambas estatais
- 1991 – O PRE passa a denominar-se PRES; o estado apresentou um novo programa o PRN (programa de reconstrução nacional)